



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado APROVAR / REJEITAR

por

28/4/2023

ATA

Sessão Ordinária de Novembro - 10FEV2023 (1.ª reunião)
N.º 14/2021-2025

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Troia, e pela Segunda Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares, contando com a presença dos seguintes Membros, diretamente eleitos: pelo Grupo Municipal do **Partido Social Democrata**, Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário e André Filipe Casqueira Guimarães; pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos '**Unir Para Fazer**', José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas, Cláudia Cristina Fernandes Reigota e Daniela Ribeiro Alegria; pelo Grupo Municipal do **Partido Socialista**, Pedro José Catarino Senos Troia, Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, Diana Catarina Anastácio Gandarinho e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho; e pelo Grupo Municipal do Partido **CHEGA**, Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto **Presidentes de Junta de Freguesia**: Luis Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador). O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António das Neves Rocha, foi substituído por José Falcão Ribeiro Arvins, secretário da Junta de Freguesia.

Pela **Câmara Municipal de Ílhavo** estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal: no Grupo Municipal do PSD, confirmada e justificada a ausência da primeira sucedânea Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves, o eleito Hugo Filipe Casqueira Coelho (suspensão de mandato por 365 dias) foi substituído pela segunda sucedânea Sara Marina Tomé Fernandes; o eleito António José Flor Agostinho foi substituído pelo terceiro sucedâneo Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso; e o eleito Pedro Labrincha da Rosa Novo (suspensão de mandato por 305 dias) pelo quarto sucedâneo da lista Carlos Pedro da Silveira Coelho Ferreira. No Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer', o eleito João Pedro Ribau Casqueira foi substituído pela terceira sucedânea da lista Paula Alexandra da Graça Ferreira, confirmadas e justificadas as ausências da primeira e do segundo sucedâneo na lista Mariana da Silva Lopes e Rui Manuel da Rocha Rufino, respetivamente. No Grupo Municipal do PS, o Manuel Modesto dos Santos foi substituído pelo sexto sucedâneo da lista, Gabriel de Almeida Fernandes, confirmadas e justificadas as ausências dos sucedâneos Carla Maria Madall Gandra Santos, Mariana Alvelos Silva, Alfredo Joaquim Alves de Sousa, Sónia Alexandra Fernandes Gomes e Miguel Ângelo Teixeira Andrade.

Os trabalhos desta Sessão Ordinária repartiram-se pelos seguintes pontos da Ordem do Dia:

Ponto 1. "**Designação de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) Ílhavo, para o triénio 2020-2023 (alínea i), do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 142/2015)**". Ato deliberativo: eleição.

Ponto 2. "**Relatório Anual de Avaliação das Atividades da CPCJ - 2022**". Ato deliberativo: tomar conhecimento.

Ponto 3. "**Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01NOV2022 a 31DEZ2022**". Ato deliberativo: apreciação.

Ponto 4. "**Demonstração do desempenho orçamental e 1.ª revisão para integração do saldo de gestão de 2022**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 5. **"Alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM)".** Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 6. **"4.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia - 2022".** Ato deliberativo: tomar conhecimento.

Ponto 7. **"Deliberações da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal Jovem de Ílhavo de 14 de dezembro de 2022".** Ato deliberativo: tomar conhecimento.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)
Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':28")

«Minhas senhoras e meus senhores, caros membros da Assembleia Municipal de Ílhavo, caro Executivo, caro público aqui presente, imprensa e todos os que nos acompanham remotamente, através da transmissão streaming. Boa noite a todos e um Bom Ano Novo. Vou pedir à 2.ª secretária que faça a chamada.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata. (08':02")

Aprovação da Ata

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (10':21")

«Vamos proceder à aprovação das Atas n.º 12 e n.º 13, referentes à Sessão Ordinária de novembro e que foram remetidas aos Membros desta Assembleia, para conhecimento prévio. Voltamos a lembrar que, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo apenas se devem pronunciar os membros da Assembleia que estiveram presentes nas respetivas reuniões.

*Coloco a Ata n.º 12, referente à reunião de 25 de novembro de 2022, a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovada por **Unanimidade**.*

*Ata n.º 13, da reunião de 30 de novembro de 2022. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovada por **Unanimidade**.»*

Expediente

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (11':23")

«Passando agora ao expediente, os serviços de Apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre novembro e a presente data, a seguinte correspondência que se encontra disponível para consulta junto do nosso Núcleo de Apoio:

- No âmbito do protocolo entre a ANAM e a Instituição AJUDARIS, foi rececionado um exemplar do livro "Histórias da Ajudaris", remetido para a Biblioteca Municipal;
- Várias Ações de Formação promovidas pela ANAM, através do CVEL, e devidamente divulgadas junto dos autarcas eleitos e da Câmara Municipal;
- Vários convites dirigidos à Mesa da Assembleia Municipal para representação Institucional do órgão Municipal, aceites dentro da disponibilidade possível;
- As revistas RAMEL n.º 23 e n.º 24, do CVEL/ANAM, reencaminhadas para os membros da Assembleia Municipal;
- O livro " Guia sobre a Prevenção da corrupção no âmbito das Autarquias Locais – Tomo I - Os canais de denúncia e a proteção do denunciante", da ANAM;
- 4 relatórios para apreciação no Conselho Municipal de Segurança de Ílhavo, que contou com a presença do nosso 1.º Secretário da Mesa, Dr. Pedro Troia: Relatório das situações sociais, no âmbito do Desenvolvimento Social Local; 4.º relatório da atividade da Proteção Civil de Ílhavo; Relatório das condições materiais e humanas nas atividades desportivas no Município de Ílhavo; Relatório dos acompanhamentos na Equipa de Tratamento, na Consulta para Jovens e Famílias do Centro de Respostas Integradas de Aveiro e na Unidade de Alcoologia, com destaque para a intervenção da equipa de rua "Giros";

- As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, da Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga;
- Vários Pareceres e Notas técnicas da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) que foram atualizadas no histórico da página da Assembleia Municipal, no respetivo separador.

Antes de dar continuidade à Sessão, e aproveitando a referência ao expediente, aproveito para dar 3 breves Notas:

1.º - O encontro promovido pela ANAM, em Vale de Cambra, realizado no dia 27 de janeiro e que contou com a presença dos Presidentes das Assembleias Municipais do Distrito de Aveiro, onde se incluíram vários da CIRA.

Neste encontro foi abordada a perspetiva de mudança do paradigma do Poder Local, nomeadamente no que respeita à valorização do papel e da estrutura do órgão deliberativo e da sua autonomia (financeira, organizacional e política) em relação ao órgão executivo, bem como alterações à legislação eleitoral local. Para além da função meramente fiscalizadora da ação dos Executivos Municipais, as Assembleias Municipais deveriam ver alargadas as suas competências e atribuições, nomeadamente na vertente das políticas económicas, fiscais e de desenvolvimento territorial. Além disso, deveriam ter uma responsabilidade acrescida na regulamentação e posturas municipais, bem como deveria ser potencializado o papel e competências das eventuais Comissões de trabalho.

Foram ainda debatidas duas questões importantes: a valorização, política e compensatória, do papel do eleito e membro da Assembleia Municipal; e a periodicidade (com maior frequência) das sessões das Assembleias Municipais, nomeadamente enquadradas no âmbito de uma alteração da Lei Eleitoral Autárquica.

No que diz respeito diretamente à ANAM, e tendo em linha de conta o que foi referido em reunião prévia de Comissão de Líderes, foi apresentada a proposta de uma revisão estatutária, por forma a incluir, num momento anual ou bianual (à semelhança do que acontece com a ANMP em relação aos Presidentes das AM e das Juntas de Freguesia) outros elementos das Assembleias Municipais (vários eleitos de Grupos Municipais), melhorando a pluralidade, a discussão e a partilha de ideias e conceitos.

Por último, apresentei o que entendemos serem as Boas Práticas da atividade da nossa Assembleia Municipal, tendo como objetivo imprimir uma nova forma de ação, quer no seio da própria AM, quer na sua relação com a comunidade, concretamente:

1. a transmissão em direto das sessões da AM;
 2. o apelo a que os Munícipes participem e intervenham nas sessões ordinárias;
 3. temos um Núcleo de Apoio (dentro do que a lei estabelece) em funcionamento, mesmo que reduzido a um técnico;
 4. mais momentos de trabalho conjunto entre a Mesa e os eleitos, nomeadamente através da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais e com o Executivo Municipal;
 5. as várias iniciativas já desenvolvidas, como a realização da Vigília de Apoio à Ucrânia e posição unânime tomada em sede de Sessão Ordinária; o arranque da Assembleia Municipal Jovem; a representação em atos solenes, seja do Executivo, seja da Comunidade; o protocolo com o jornal O Ilhavoense para a publicação mensal de um artigo de opinião da Mesa e dos Grupos Municipais, de forma individualizada; o planeamento já iniciado e decidido, unanimemente, em Comissão de Líderes, para a realização da Sessão Solene de Comemoração do 49.º Aniversário do 25 de Abril.
- 2.º - No próximo dia 14, a Mesa irá reunir com o Sr. Presidente da Câmara para apresentação da decisão unânime da Reunião da Comissão de Líderes sobre a Sessão Comemorativa do 49.º aniversário do 25 de Abril de 74.
- 3.º - Em breve será agendada uma reunião com as Diretoras dos Agrupamentos de Escola - agora que esta fase das greves acalmou ligeiramente - para balanço da 1.ª sessão da Assembleia Municipal Jovem, que teve lugar no passado dia 14 de dezembro de 2022, e preparação da segunda sessão, que encerrará o presente ano letivo. Balanço que já foi feito na última reunião da Comissão de Líderes. Aliás, aproveito a referência que será objetivo da Mesa da Assembleia, conforme transmitido, tornar essas reuniões de trabalho mais regulares e frequentes.»

Renúncia de Mandato

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (17':19")

«Ainda no âmbito da relação de correspondência, dar nota que a eleita Sara Pinho, do Grupo Municipal do Partido Socialista, por razões claramente óbvias e atendíveis de natureza pessoal, requereu a sua renúncia ao mandato, pelo que o Serviço de Apoio à Assembleia Municipal dará o seguimento processual adequado, nomeadamente a comunicação à Comissão Nacional de Eleições.

Desta forma, o eleito Modesto Manuel dos Santo passa a ter o seu lugar como efetivo nesta Assembleia, apesar de hoje não poder estar presente.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (17':58")

«Vamos passar agora ao Período de Intervenção do Público.

Perguntava se algum dos presentes pretende fazer alguma intervenção. Temos uma inscrição.

Antes de descer, dar nota de que este período tem o limite de 5 minutos, no máximo, de intervenção. Solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentado de forma mais sucinta possível.

Além disso, no âmbito da transmissão em direto e por força do regulamento geral de Proteção de Dados, é importante, para defesa de todos, que tenha sido dado consentimento formal, através do preenchimento do impresso Anexo 1 do Regulamento de transmissões, para a respetiva difusão da imagem, que o nosso Núcleo de Apoio lhe fará chegar.

Convidava-o, então, avir ao púlpito.»

Do Público

Munícipe, António Carlos da Silva: (19':54")

«Sr. Presidente da Assembleia. Restantes membros. Boa noite. O que eu trago, aqui hoje, é algo que eu prometi trazer na última vez que estive aqui. Tem a ver com a concessão do parque de estacionamento subterrâneo que temos em Ílhavo, mais precisamente sobre o estacionamento à superfície.

Eu fui consultar o contrato de concessão do respetivo parque e reparei que há, de facto, lacunas. E são graves, quanto a mim. Eu penso que percebo alguma coisa daquilo que leio, assim como qualquer um nesta casa perceberia. Não está marcado no contrato nenhuma referência aos lugares de estacionamento que estão na rua do antigo Mercado ao lado do edifício cultural. Eu pergunto, se não estão deviam de estar. Se não estão, alguém tem que fazer algo para que estejam. E eu pergunto se a Câmara não é responsável por ter as suas estruturas em ordem e devidamente transparentes para que os cidadãos saibam. Eu peço a esta Assembleia, aon Sr. Presidente da Assembleia, que tome nota desta minha divulgação, porque peno que já foi dito alguma para que pudesse ter sido trabalhada, ou, pelo menos, tida em conta. E esta situação, quanto a mim, é grave. Ou é ou não é. Ou é um estacionamento concedido à empresa ou não é. Eu gostava, como alguns cidadãos que eu contacto, de saber da transparência deste ato, desta situação.

Eu fico à espera, Sr. Presidente, de algum desenvolvimento.

Trago aqui outro ponto que é de outra gravidade. É uma gravidade que tem a ver com aquilo que eu já falei várias vezes, em reunião de Câmara, que é a fiscalização dos serviços camarários. São nulos, nulos, nulos, nulos.

Vocês sabem o que é ser nulo na fiscalização dos nossos bens, no Concelho? Andam ao 'Deus dará'. Vocês são os representantes do povo, eleitos? São. Então, perdoem-me a expressão, façam mais.

Tenho aqui um aviso da empresa, que tem, penso, um contrato, que diz que é responsável por fazer um serviço com herbicidas para matar as ervas à beira da estrada. O aviso diz o seguinte: 'vamos fazer este referido serviço'. Publicado, colocado na estrada no dia 1 e realizado às 6 da manhã do dia seguinte. Eu deixo ao sr. Presidente para ler. O que está aí escrito e o que se vê, depois, nas datas é um falhanço terrível. Nós somos fiscais de todos nós. Eu fiscalizo-vos a vocês, vocês fiscalizam-me a mim. Eu não tenho medo, como dizia

alguém - não está cá hoje - de ser julgada. Eu gosto de ser julgado, não tenho problema. Su um cidadão normal, não estou aqui para mais do que tanto, porque eu sou de corpo e alma um cidadão ilhavense. Se alguma coisa vai mal para mim, de certeza que também vai mal para vocês. Façam mais por favor. Retórica a menos, desculpem a expressão. Obrigado, sr. Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (24':39")

«Muito obrigado. Dou a palavra ao sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente o Executivo, João Campolargo: (24':39")

«Boa noite a todas e a todos. Cumprimentar o Presidente da Assembleia Municipal e os seus Secretários. Cumprimentar o público e a comunicação social. os deputados eleitos e os representantes das Juntas de Freguesia aqui presentes e os vereadores que estão aqui ao meu lado. Cumprimentar também os serviços de apoio à Assembleia Municipal.

Permita-me, sr. Presidente, eu prefiro parabenizar o trabalho do que fazer referência a que há só um funcionário. Noutros momentos, se calhar até nem houve, mas hoje até há um. O senhor é um homem, diria, que já conseguiu fazer algumas coisas que noutras alturas esta Câmara Municipal nem as despesas que, hoje, esta Assembleia faz, foram feitas. E fico-me por aqui.

Referências à intervenção do público. Gostaria de deixar uma nota muito importante.

A concessão do Parque de Estacionamento subterrâneo, neste momento, encontra-se sobre um processo jurídico, n.º 2198/20.4, sobre o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto. Portanto, a Câmara não deve, por posição do nosso assessor jurídico, mexer em qualquer processo que se encontre no jurídico. Portanto, ficaremos por aqui sobre esta questão e a resposta fica dada.

Relativamente à informação sobre a aplicação do herbicida, agradeço a informação. Nem sempre temos gente em todos os locais e a todas as horas. Apenas com três fiscais e uma equipa que, neste momento, está deficitária do seu técnico não consegue fazer o acompanhamento devido, nem conseguimos a substituição desse técnico que fiscaliza o trabalho do nosso concessionário. Nós, como concedentes de um serviço, não podemos fazer, muitas das vezes tudo aquilo que idealizamos e que temos na nossa agenda diária. Mas fica a informação e tomaremos os procedimentos de forma a que estas situações, apesar de cumprida a lei, possam ser feitas com outros timings. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Luís Leitão, PS: (26':55")

«Sr. Presidente da Câmara. Eu gostaria de solicitar ao sr. Presidente da Câmara se podia explicar o comentário que fez sobre as despesas da Assembleia.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (27':08")

«Sim, claro. Também não percebi.»

Da Câmara Municipal

Presidente o Executivo, João Campolargo: (27':16")

«Eu vou repetir. O sr. Presidente, na sua intervenção no início destes trabalhos, parabenizou o trabalho de toda uma equipa e referiu 'apesar de só ter um colaborador associado à Assembleia Municipal. E o que eu digo é que a Assembleia Municipal, neste mandato, é uma Assembleia que já realizou mais despesa e tem mais despesas que nos anos anteriores, face àquilo que temos trabalhado em conjunto para que esta Assembleia tenha as realizações que tem tido, inclusive a inscrição na ANAM. É o que tenho a dizer.»

Da Assembleia Municipal

Presidente o Executivo, João Campolargo: (27':49")

«Eu não lhe vou responder, sr. Presidente. Se acha que é despesa a inscrição da ANAM e levar as sessões da Assembleia Municipal a casa das pessoas, então a democracia está mal. A Mesa e a Assembleia Municipal faz o melhor e é entendimento da Mesa, e acredito que de toda a Assembleia Municipal, e minha também, fazer chegar o mais próximo possível os trabalhos e a missão deste órgão municipal. Agora, se o sr. Presidente acha que isso é despesa, deixo consigo. Não vou opinar sobre isso. Muito obrigado.»

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (28':34")

«Encurtando despesas, passemos para o Período de Antes da Ordem do Dia, temos uma proposta de Voto de Louvor, subscrito pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, rececionado dentro do estipulado no Regimento e, posteriormente, remetido aos Membros da Assembleia Municipal.

Peço ao Dr. Pedro Troia o favor de ler a proposta de Voto de Louvor.»

Dispensada a transcrição da leitura do Voto de Louvor a Ana Ramos, atleta do CAPGE, já que o mesmo se encontra apenso à presente Ata.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (32':21")

«Antes de submeter à votação, pergunto de mais algum dos Grupos Municipais pretende subscrever a proposta? O PSD subscreve. O CHEGA subscreve e o Unir Para Fazer, também subscreve.

Coloco à votação a proposta de Voto de Louvor à atleta ilhavense Ana Ramos pela conquista do título de vice-campeã mundial de triatlo, em Age Groups 25-29 anos, conquistado em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos.

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Aprovada por Unanimidade.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (33':08")

«Vamos passar às intervenções neste Período de Antes da Ordem do Dia, que devem ser centradas em assuntos de relevância para o Município e que não coincidam com as temáticas apresentadas pelo sr. Presidente da Câmara Municipal no Relatório da Atividade Municipal, constante do Ponto 3 da Ordem do Dia, nem com a restante Ordem do Dia.

Sem pretender, como é óbvio, nem nunca o foi, condicionar as intervenções dos eleitos, respeitando, em pleno, a liberdade de expressão e opinião, reforço, no entanto essa particularidade da incidência das intervenções para uma melhor gestão dos nossos trabalhos. Vamos manter regra de iniciar, em cada sessão, a rotatividade das intervenções pelo princípio de menor representatividade para a maior. Como tem sido norma, se a sessão tiver continuidade será mantida a rotação que concluir esta reunião.

Portanto, neste momento, teremos o CHEGA, o PS, o Unir Para Fazer e, por fim, o PSD.

Quem se pretende inscrever para intervir?»

Luís Leitão, PS: (34':57")

«Curiosamente, e talvez pelo sentido de oportunidade que nem sempre me caracteriza, o tema que eu trazia para hoje era o papel da Assembleia Municipal e o modelo pelo qual optámos para este mandato. É com surpresa, eu pensava que não tinha percebido bem o comentário do sr. Presidente relativo às despesas de funcionamento da Assembleia Municipal, da questão orçamental. Queria aqui relembrar aquilo que disse já algum tempo, em outras Assembleias, que a democracia não tem preço. E, portanto, o funcionamento das Instituições estar limitado pelo preço das senhas de presença da quantidade de senhas de presença, pela quantidade de vezes necessárias que reúne uma Assembleia, não pode ser limitado o nosso direito de exercer o nosso dever cívico, ao facto de termos considerado quatro ou seis senhas de presença para um ano. O orçamento esta Câmara tem que ser necessário, tem que ser suficiente, e contempla essa possibilidade, se assim for necessário,

de ter uma senha de presença por dia, se for necessário estarmos aqui a defender os interesses do nosso Município. Eu não tenho tempo para isso, mas se for necessário temos que cá estar. É com choque que recebo esse comentário e ainda mais ao comentário da participação do custo da representação da Assembleia Municipal na Associação Nacional das Assembleias Municipais, que julgo que terá um custo à volta de 1.200 ou 1.300 euros, a sua inscrição. Quando uma Câmara discute apoios desta dimensão estamos muito mal e estamos a pensar muito pequeno.

Sobre o papel da Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo, tinha eu preparado uma intervenção para esta Assembleia Municipal de hoje em jeito de balanço do primeiro ano de mandato, vejam lá, deste mandato autárquico e, agora, dando seguimento, no fundo às notas introdutórias no início desta Assembleia, tanto pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal, como pelo Presidente da Câmara. Fruto do resultado das últimas eleições e do equilíbrio de forças pela primeira vez, resultou uma constituição da Mesa da Assembleia Municipal com representantes de outras forças partidárias que não representadas no poder, e pelo poder, do Executivo Camarário ou, por palavras mais fáceis de entender, a Mesa é constituída, hoje, por dois partidos da oposição, dois elementos do PSD e um do PS. Isto foi fruto das circunstâncias do início do mandato.

Este modelo de rotação com o status quo anterior foi fortemente criticado, nomeadamente pelo UPF mas já sobejamente discutidos os argumentos, nesta Assembleia e que não importa, hoje, repetir os motivos que levaram a esta solução esta solução conseguiu traduzir, independentemente do perfil ideológico de cada grupo ou partido, um conjunto de iniciativas condignas que se manifestam num balanço fortemente positivo e que adquire dimensão e defende a autonomia da Assembleia Municipal, em Ílhavo, ao contrário do modelo anterior que retirava toda a visibilidade e protagonismo a este órgão em detrimento da agenda política e do alinhamento, na maior parte das vezes castrador, implementado pelos diversos presidentes da câmara em exercício, onde o PS, durante os quatro anos que cá esteve, também não foi exceção. Posto isto, é com satisfação que saúdo a Mesa - a Irene, o Pedro e o Paulo - que têm sabido elevar o papel da Mesa da Assembleia ao seu devido e merecido estatuto, atribuindo uma dinâmica de saldo positivo face ao conjunto das iniciativas que relembro: dinamização da vigília pela paz quando foi o início da guerra na Ucrânia, estamos a falar sensivelmente de há 11 meses ou 1 ano; as tão desejadas e prometidas transmissões da Assembleia Municipal, em direto, reivindicadas muitas vezes pelo Partido Socialista que nunca foram tidas em conta e com este mandato foi possível iniciar. É engraçado que quando estamos na oposição temos umas ideias, quando estamos no poder temos outras práticas. E foi severamente polémico ter a aceitação do UPF para podermos ter hoje, aqui, as transmissões da Assembleia Municipal; o funcionamento regular da Conferência de Líderes que existia no papel mas não existia na prática; e a introdução do modelo da Assembleia Municipal Jovem que já demonstrou ser bastante eficaz e de elevada participação pela comunidade jovem. E, por fim, não deixa de ser irónico que, após diversas tentativas do Partido Socialista em mandatos anteriores, nunca foi bem acolhida a nossa proposta, seja agora um elemento eleito pelo PSD a liderar a proposta de comemorarmos, em sessão solene, uma das datas de referenciada história de Portugal, especificamente o principal marco da democracia em Portugal, o 25 de Abril. Afinal, foi mesmo positivo e excelente opção entregar os destinos da Mesa da Assembleia Municipal à oposição. Obrigado.»

Pedro Martins, PS: (41':26")

«Antes de mais e para não me alongar nesta matéria, eu gostava de subscrever inteiramente as palavras do Luís Leitão que acertaram na mouche. Certamente terá sido um lapsus linguae a intervenção do sr. Presidente da Câmara. Não creio que tivesse a intenção, mas a verdade é que caíram mal, aqui na Assembleia, estar a fazer um sublinhado, uma chama de atenção às despesas. Realmente não faz muito sentido, até pela sua dimensão. Eu também queria felicitar a Mesa. Isto não foi combinado. Mas eu também vinha referir a Mesa, passou mais um ano de mandato. Em boa hora a Mesa da Assembleia Municipal assinalou, publicamente, a passagem do 125.º aniversário da restauração do Município de Ílhavo, cujo território e as suas gentes, ainda que durante um curto período de tempo, estiveram integrados no Município de Aveiro. É de felicitar a Mesa, na pessoa do sr. Presidente, pelo registo da efeméride, que muito nos agradou, pelo simbolismo histórico que representa a Restauração do Município de Ílhavo, que traduziu o desejo firme de uma população conduzir o seu próprio destino, com a sua identidade própria, a sua cultura, o seu modo de vida libertando-se, assim, das amarras que a ligaram, conjunturalmente é certo, ao Município amigo e vizinho de Aveiro. Claro está que é uma data importante, como igualmente importantes são outras datas da nossa história. Há 125 anos, o Município de Ílhavo foi restaurado, mas, à época, os municípios

não dispunham da autonomia administrativa e financeira que têm hoje, reflexo da implantação do regime democrático. E vem também a propósito, e também é de felicitar o facto de, pela primeira vez, de forma solene, irmos comemorar a data importante para todos nós que é a data do 25 de Abril de 74.

Julgo que a Câmara Municipal, apesar de não ter assinalado a efeméride, associar-se-á, seguramente, a esta iniciativa da Mesa da Assembleia Municipal da homenagem, ou deste assinalar dos 125 anos da Restauração do Município.

O passado interessa, dá-nos o mote, oferece-nos as referências e indica-nos o caminho. Sendo timoneiros no tempo presente, oposição ou poder, não podemos dizer que só o futuro interessa. Ele nada representa sem fazermos referência e a devida vénia àqueles que nos antecederam.

Eu gostava agora de fazer uma ligação para um outro tema que tem a ver com esta herança que nós recebemos daqueles que nos antecederam, da obra que se fez no Município, do desenvolvimento que se foi registando neste território. Gostava de fazer uma ligação ao tempo presente, à ousadia, à ambição que deve nortear a nossa ação. É dessa forma que honramos o nosso passado, projetando, executando, avançando para o desenvolvimento deste Município. Eu trazia aqui um exemplo que tem alguma atualidade e que tem a ver com a via intermunicipal Aveiro-Ílhavo, marginal à Ria de Aveiro, que liga os dois municípios, no lado de Ílhavo na zona da Coutada e do PCI, que todos conhecem. É um investimento previsto no nosso Plano e Orçamento. É um investimento importante. cremos, até, que é imprescindível para a rede viária municipal e intermunicipal na ligação que faz entre estes dois municípios, Aveiro e Ílhavo, e cremos que é, de certa forma, urgente, se atentarmos no congestionamento de trânsito que se assiste no troço da Estrada 109 que liga a Aveiro, nas horas de ponta, nas horas de maior volume de tráfego, percebe-se para quem circula na 109 o que é que acontece. Esta obra tem a sua importância. Trata-se de um investimento avultado, sabemos disso, mas não compreendemos como é que uma obra prevista no nosso Plano e Orçamento, de relevante interesse municipal, com manifestação de vontade política de parte a parte, não se veem passo que avancem para a sua concretização. Está no Plano e Orçamento e eu pergunto: o nosso Plano e Orçamento será um documento sério e para cumprir. O que temos ouvido, do ponto de vista do Município de Ílhavo é uma indefinição ou falta de financiamento. Penso que isso não deve ser o mote para a ação no que diz respeito a esta obra. Deve haver, repito, mais ambição e mais ousadia no assumir destas obras. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, UPF: (47:00")

«O tema que hoje decidi apresentar difere um pouco, mas entroncando, lá à frente, naquilo que foram as últimas intervenções. Estamos e vivemos, atualmente, num período de instabilidade social com todo o funcionalismo público a reclamar perante as situações e condições de vida atuais e com a degradação daquilo que é o seu estatuto e as suas carreiras. São os professores, são os médicos, são os funcionários judiciais, são os militares e são as forças de segurança. Esta é uma situação que se tem vindo a agravar e que tem sido aumentada pelo continuar da degradação das condições de vida que temos todos conseguido atribuir aos Funcionários Público. Se no passado tinham uma imagem de que eram altamente beneficiados, que tinham grandes salários, que tinham horários muito flexíveis, aos poucos as coisas foram evoluindo e, hoje, estamos perante carreiras que não são apelativas e que não são interessantes para a maioria dos jovens. E muito deste diagnóstico tem várias causas. Vou-me centrar e vou-me focar apenas numa que tem a ver com aquilo que é o limitar dos vencimentos, o limitara das condições remuneratórias que os funcionários públicos têm. Quase todos eles estão indexados àquilo que são os vencimentos dos políticos. E, como sabem, os vencimentos dos políticos têm vindo a ser congelados há muitos anos. Hoje é politicamente incorreto que alguém defenda que os políticos devam receber mais, que devam ter melhores condições de trabalho. Porquê? Porque todos nós temos contribuído, negativamente, para esta situação. Vivemos hoje com uma crise de credibilidade dos políticos e das suas instituições. É claro e notório aquilo que se passou recentemente com as demissões no Governo, as sucessivas inspeções e verificações, e levantamentos, e todos os termos jurídicos que se possam querer, nas Autarquias Locais, levantando suspensões sobre autarcas, sobre ministros, sobre secretários de Estado, sobre toda uma classe política. Este é o descrédito que toda a classe política tem caído perante a opinião pública. Hoje qualquer suspensão levantada por um órgão de comunicação social, que muitas vezes pode estar ao serviço da democracia ou não, pode ser utilizado, pode ser instrumento de alteração da ordem política e da ordem democrática, estes meios de comunicação têm o poder de fazer demitir, de fazer nomear, de fazer alterar aquilo que é a governação nacional. É um comportamento da comunicação social que a todos os níveis, seja nacional, seja local, temos que ter atenção

e saber escrutinar corretamente as informações que recebemos. Mas isto só acontece porque existe terreno fértil. Existe terreno fértil que é proporcionado por todos nós, a começar pelo sr. Presidente da República que opinando sobre tudo e todos, por vezes, poderia ter mais recato e permitir que os assuntos fossem tratados com maior elevação. Ao Parlamento que tem tido a incapacidade de promover leis que passem no Tribunal Constitucional, como é o caso da lei da morte medicamente assistida que tem sucessivos chumbos no Tribunal Constitucional ou, pelo contrário, é o Tribunal Constitucional que está a ser utilizado como instrumento de bloqueio e de exercício de poder contrário ao Executivo. Também o Governo com nomeações para os cargos políticos sem que seja compreensível, pelos cidadãos, a sua pertinência e a capacidade e experiência dos nomeados tem contribuído para este degradar da imagem política. Os partidos quando não cumprem o seu programa eleitoral, como, por exemplo, atualmente não tendo apresentado nos seus programas eleitorais que se apresentaram nas eleições de 2022 qualquer proposta de se fazer uma revisão da Constituição estão, neste momento, ao arrepio daquilo que foram as suas propostas eleitorais, a fazer esse mesmo processo de Revisão Constitucional. E também aos partidos tradicionais que se apresentam como guardiões, de uma coerência com a sua ideologia, de valores e atuações e ao longo dos anos alteram o seu posicionamento quando estão no poder e quando estão na oposição. Esta é a prática do exercício do poder. E todos nós, como cidadãos, quando nas nossas discussões utilizamos como arma de arremesso as supostas regalias que julgamos que os detentores dos cargos políticos têm ou que julgamos que têm. Quando achamos normal que os eleitos políticos para cargos de executivos têm que declarar todo e qualquer interesse, seus e dos seus familiares, e achamos isto normal, alguma coisa está errada. Estamos a considerar que ninguém é sério no desempenho dessas funções. Como disse, este é um clima de suspeição e hostil e que faz com que não tenhamos uma boa aceitação perante a população.

E isto tudo, toda esta introdução, para quê? Para lamentar o comportamento do PSD e do PS em algumas das suas últimas decisões e tomadas de posição que certamente não contribuem para melhorar a imagem que têm dos políticos. É grave quando se considera que o comportamento da lei não é importante ou que deve ser contornado. É grave quando se condissera que as recomendações de uma entidade reguladora - que na minha opinião, e não só, têm força de lei - podem não ser acatadas. Estas são as mensagens erradas que transmitimos à população. Estamos a transmitir aos cidadãos facilitismo, desrespeito pelas Instituições e irresponsabilidade. Quando o PSD e o PS condicionam o Executivo a aprovar uma proposta, que não é a sua proposta, que não respeita as recomendações da ERSAR e não assume esta posição de reforço e de apoio ao Executivo, votando favoravelmente, por unanimidade - queria-se e desejava-se - não passa de uma estratégia política, pouco ética, que, no limite poderá levar apenas os eleitos do UPF a serem responsabilizados pela aprovação de uma proposta que, repito, não é a sua proposta. São comportamentos como este que cavam ainda mais o fosso entre o eleitor e o eleito.»

Sara Fernandes, PSD: (55':33")

«Caríssimos. O tema que me trouxe aqui é ligeiramente distinto dos apresentados até agora. Começaria por vos ler uma correspondência que o sr. Presidente da Câmara fez chegar a alguns dos nossos munícipes. Estamos aqui a falar de pais. Passo a ler.

Assunto: transporte escolar no ano letivo 2022-2023. De acordo com o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, e o Regulamento Municipal dos Transportes Escolares de Ílhavo, Regulamento n.º 114/2018, de 15 de fevereiro, é da competência da Câmara Municipal assegurar o transporte da sua residência para a escola a todos os alunos que sejam residentes no Município de Ílhavo, que frequentem estabelecimentos de ensino básico e secundário. A gratuidade do passe escolar pressupõe que os alunos cumpram as condições enumeradas na alínea b) do ponto 1, do artigo 4.º do Regulamento dos Transportes escolares de Ílhavo. Após a verificação de incumprimentos na atribuição de passe escolar, cumpre-me informar que, a partir do dia 1 de março de 2023, de acordo com a legislação em vigor, a gratuidade do passe escolar apenas permanecerá para os alunos que cumpram os requisitos acima mencionados. Para mais esclarecimentos deverá solicitá-los para o seguinte e-mail... e que está na carta. Como os melhores cumprimentos, João António Filipe Campolargo.

Primeiramente, espero que tenham apreciado a minha leitura porque tenho algumas considerações a fazer relativamente a este comunicado do sr. Presidente da Câmara.

Sendo objetiva.

Primeiro, temos, aqui, uma clara falta de transparência do sr. Presidente aos pais dos nossos estudantes, onde diz que a gratuidade do passe escolar apenas permanecerá para os alunos que cumpram os requisitos acima mencionados. Mas também não indica quais é que são os

requisitos. Onde eu, tal como os pais, tive que ir procurar quais é que são... a alínea b), do ponto 1, do artigo 4.º do Regulamento dos Transportes Escolares de Ílhavo. E quais é que são estes requisitos? Lá tive eu que ir ao site da Câmara Municipal de Ílhavo e procurar o regulamento para saber a resposta. Ou seja, para além de uma falta de transparência podemos acrescentar, aqui, uma falta de clareza.

E qual é que era a resposta? Passo a citar. Que residam a 3 ou 4 quilómetros de distância do estabelecimento de ensino. Ou seja, tanta coisa escrita num papel para os pais terem que ir à internet e saberem que afinal os seus filhos, que vivem a menos de 3 ou 4 quilómetros da escola não têm direito a transporte escolar.

Eu, face a esta informação, fico absolutamente indignada. De um ponto até consigo compreender, como sou a mais jovem aqui presente, que já vão longe as vossas memórias da escola. Aqueles tempos de ir a pé, aqueles tempos de ir de bicicleta para a escola. Mas a minha memória está bem recente. Está bem recente em ir, de manhã, aqueles 3 ou 4 quilómetros de bicicleta, e voltar, à tarde, debaixo de chuva - quantas vezes - com uma mala de 10 quilos às costas e se fosse dia de educação física com duas. E eu até era privilegiada porque havia quem não tinha bicicleta e tinha que ir a pé.

E, sr. Presidente, a sua decisão neste momento do ano letivo não faz qualquer sentido. Ainda muito menos quando já se atribuíram esses passes. E algumas das minhas questões, ficam: como é que ficam as famílias que estavam a contar com os transportes, com esta ajuda ao fim do mês? Como é que tenciona gerir as expectativas das pessoas? Qual é que é a razão da tomada desta decisão? É dinheiro, não sei? Ou se é, quanto é que o senhor vai poupar com estes benefícios?

Mas, por favor, também não me venha com a lei, como fez com o comunicado que fez chegar aos pais, porque o senhor sempre pode ir para além da lei. E também não me venha com a desculpa que nem toda a gente utiliza o passe que lhe foi atribuído, porque as decisões devem ser tomadas com ponderação e com proporcionalidade e por uns não devem pagar os outros. E aqui, no máximo, poderia fazer sentido limitar um direito, mas retirá-lo nesta altura do ano? Acho que não.

Sr. Presidente, por favor, encontre um rumo e uma solução para isto é que em vez de estarmos na vanguarda e arranjarmos soluções para retirarmos os carros da rua e educarmos as nossas crianças e as nossas famílias para usarem os transportes escolares, o senhor retira um benefício às famílias. Obrigada.»

André Guimarães, PSD: (01:01:19")

«Antes de iniciar, só dizer que não sei se já repararam que a Margarida e o Flôr Agostinho não estão e, portanto, vão ter que levar comigo e com a Sara, hoje, para o bem e para o mal. Vamos ver o que é que é melhor. Melhor mesmo é falar, realmente, sobre o estado da nossa democracia local e sobre a importância das nossas Instituições de quem tanto gostamos e que tanto fazemos respeitar com a nossa ação, seja dentro ou fora destas reuniões.

Eu estive bastante atento à comunicação do membro Pinto Reis e vejo uma leitura muito próxima daquilo que expôs aqui. Mas eu não posso concordar com o julgamento que se faz dessa realidade. De facto, eu acredito que tudo o que disse é uma verdade, mas nós temos uma comunicação mais incisiva, nós temos as pessoas mais atentas, nós temos instituições que se fazem respeitar ao decidir e ao fazer essa decisão que é legítima e é nossa e não sucumbir à pressão de entidades superiores a nós. É bom nós termos diversidade, é bom vocês estarem aqui. Portanto, é nesse sentido que nós devemos respeitar as nossas instituições, o nosso serviço público. E é esse serviço público que deve ser transparente, que deve ser íntegro, que deve ser um exemplo para todos nós.

E isto leva-me a falar sobre o respeito que damos às pessoas que, dia e noite, trabalham para o serviço público.

Esta semana - eu trabalho numa empresa privada, numa start-up tecnológica - e esta semana consegui convencer os meus patrões a contratar uma ex-colega de trabalho. Ela vai começar este mês a trabalhar e antes dela já consegui convencer também os meus patrões a colocarem lá mais colgas meus e mais pessoas que eu conhecia. De facto, eu estou muito satisfeito com o trabalho que eles têm prestado de facto, eu não colocaria lá a Sara, por exemplo, apesar de gostar muito dela, mas eu julguei aquelas pessoas como boas profissionais para aquele papel. E elas estão a cumprir. De facto, o serviço corre de uma forma muito melhor porque temos uma forma de trabalhar bastante interessante, bastante profícua. Mas isto não se pode fazer em nenhuma instituição pública porque, ao contrário de uma empresa privada, uma instituição pública é de todos. E mais... está sujeita ao princípio da legalidade e há normas que regulam toda a atividade. Se estamos a falar de pessoas,

naturalmente que estamos a falar do respeito e do cumprimento dos preceitos, dos princípios que subjazem às normas e que é o respeito pelas pessoas, o respeito pelo funcionário público, pela pessoa que exerce funções públicas. Há uma lei para isso, há várias leis para isso, há várias normas que regulam isso e, de facto, nós vemo-las ultrapassadas com, na nossa opinião, o excessivo número de avenças que esta Câmara tem contraído. E não 'só excessivo, 'inconstante ao longo do tempo. Aparece uma hoje, aparece outra no próximo mês, depois de dois meses mais duas, e, depois, mais três. E vai acontecendo assim. E isto demonstra o quê? Por um lado, a falta de planeamento. Por outro lado, a falta de antecipação de necessidades. Por outro lado, a falta de previsão. Mas sobretudo a falta de transparência. Sobre tudo a falta de transparência. A transparência que se exige a uma instituição pública, essa transparência que subjaz aos preceitos e às normas do direito público para a contratação de pessoas. Essa transparência que se exige a uma instituição que se quer tornar íntegra e mostrar-se íntegra para as pessoas com quem trabalha. Porque é isso que todos nós queremos e é isso que todos nós fazemos, não tenho dúvida. Mas à mulher de César não basta ser, é preciso parecer. E se de facto aquelas pessoas são assim tão essenciais e se aquelas funções são tão imprescindíveis, então que se abra concursos. Sim, temos tabelas salariais com totos que não fazem sentido, nos dias de hoje, provavelmente. Mas os concursos foram abertos. Houve alguma possibilidade dos candidatos se apresentarem a concurso? Houve algum concurso que ficou vazio e que por essa razão houve necessidade de se recorrer ao regime de avença? Avença é nós podermos contratar uma pessoa por tempo incerto para prestar serviço de carácter temporário., mas normalmente elas têm vindo a demorar anos e anos. E normalmente quem fica prejudicado não é só o serviço público, é também a pessoa que entra no regime de precaridade e não vê os seus direitos reconhecidos. Direitos que, numa empresa privada, a mal ou bem, vão tendo.

Eu gostava de obter alguns esclarecimentos quanto a isto. Se realmente já foi analisada uma perspectiva de custos versus benefício. Se de facto estão a ser acauteladas medidas para a retenção do conhecimento organizacional que estas pessoas prestam, porque, de um dia para o outro, elas podem ir e com isso não se constituem equipas fortes. Se de facto temos alguma previsão para constituir algum verdadeiro corpo técnico, na Câmara Municipal e que esteja apto para combater todos os desafios que a contemporaneidade nos exige. E se de facto estão a ser pensadas estas questões da transparência. Porque aquilo que eu menos gostaria de ver era no próximo programa da Sandra Felgueiras sermos nós a próxima Figueira da Foz.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:08:00")

«Muito obrigado. Não temos mais inscrições. Sr. Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:08:08")

«Muito obrigado, sr. Presidente.

Eu quase que percebi que os srs. deputados municipais fazem questões e respondem a elas. Quase que me limitava a não ter nada a dizer. Mas sobre algumas coisas que se estão a passar nesta Assembleia acho, se me permitem, que iria fazer 3 ou 4 referências ao PS, ao PSD e ao Unir Para Fazer.

Relativamente ao papel da Assembleia, o sr. Luís Leitão que gosta de ser assim fervoroso e ter alguma piada, consumiu aqui um tempo infinito para um copy paste daquilo que o sr. Presidente da Assembleia disse. Se estão alinhados ou não o senhor é que pode pensar nisso. Olhe, eu não penso nisso. Penso em respeitar o sistema e acho que a história está feita. O senhor agora até se vanglorializa muito mais do que teve essa hipótese no passado, e fica contente com isso. Acho muito bem.

Relativamente ao sr. Pedro Martins assinalou uma comemoração de uma data muito importante para um município, e muito bem pela Assembleia Municipal.

Esta questão do 25 de Abril serviu bem, a sua observação, a muitos elementos da Assembleia, a mim não se adequa minimamente porque enquanto autarca, que o sou há alguns anos, sempre tive o gosto de festejar o 25 de Abril e de o festejar em comunidade. Para mim não me traz novidade nenhuma, o modelo que venha. Aquilo que eu quero é que esta Câmara faça uma coisa: é que inicie mesmo nesse dia as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e que o faça durante um ano. E foi isso que eu pedi à minha Câmara para prepararem. Não vamos fazer isso uma festa de um dia, vamos fazer disto uma festa de 365 dias. da forma que o vamos fazer haveremos de apresentar isso para que todos conheçam. É assim que estamos a pensar, em comunidade.

Relativamente à via marginal da Ria de Aveiro ou do Canal do Boco, eu acho melhor que o senhor, que tem o meu número de telefone e eu tenho o seu, combinarmos e agendarmos uma reunião para eu partilhar consigo o que é que encontrei, o que é que tenho aqui na Câmara e sobre alguma confusão que possa existir da sua parte. Para perceber o que é que é possível e o que é que não é possível. Para o senhor ficar esclarecido de uma vez.

Aquilo que eu disse, disse perante a apresentação do orçamento municipal, que sinalizava a abertura com mil euros de uma via que eu não acho que seja prioritária. Em pouco tempo o senhor vai-me dar razão. Mas de qualquer maneira nós vamos ver isso. Eu não sei quantas vezes passa na 109, durante as horas de ponta, pelo menos, e sentirá os conflitos de trânsito. Já temos os semáforos das Rivas colocado, depois de um acidente. Portanto, vamos ter alguns elementos a pautar ali o trânsito e esperamos melhorar aquilo que encontrámos com outros tempos nos semáforos. É isso que estamos a fazer e a medir. Mas a verdade é que há alternativas, hoje, à 109 que também podem ser utilizadas. E há outros meios de transporte que também queremos reforçar no futuro e que possam ligar as nossas cidades, este polo das três cidades, Aveiro, Ílhavo e Vagos, e que possa reduzir a circulação automóvel. Esse era um objetivo prioritário e, portanto, vamos tentar lutar por essa via. Porque para a outra via, sinceramente, não sei se hoje 4 ou 5 milhões chegam para fazer a ligação das Lavegadas ao Lidl onde virá a Avenida da Marginal da Rua da Pêga, portanto, por baixo da DRAP e que virá ter ali ao Lidl. Essa Essa será a marginal de Aveiro. A nossa nunca terá essa perspetiva de marginal ao Rio Boco. Mas, de qualquer maneira, ficam as considerações para os dois vermos aquilo que estava pensado na Câmara e que nós poderemos avaliar os dois.

Quanto ao sr. Pinto Reis só lhe tenho que dar razão, sobre as considerações sobre a questão remuneratória dos funcionários públicos e dos políticos, a castração dos 5% que nos tinham sido tirados e não foram repostos. Portanto, avalio como muito positiva a sua prestação. Não vou alargar-me muito sobre isso, mas dou-lhe os parabéns pela sua intervenção. Assim como dou aos outros, como é evidente. Não vai ficar sozinho nesta situação.

Relativamente à dona Sara. Agradeço-lhe muito o trabalho que fez, hoje, aqui. Mas mesmo muito porque comigo, a partir do momento em que vejo as ilegalidades, tento, desde logo, proteger-me perante a lei. E foi o que fiz. A senhora interpretou muito bem a carta, como todos os pais, com a reunião que tivemos com os pais. Até já percebi que a senhora já sabe os resultados dessa reunião. Antes dessa reunião recebemos inúmeras reclamações e as pessoas não pensavam em algumas coisas. Hoje até já pensam.

Há duas coisas que eu lhe vou dizer, para fechar este assunto. O que está a ser feito pela Câmara Municipal não tem base legal. O que possa vir a ser feito pela Câmara terá uma base legal. Que é isso que eu espero. Aquilo que se passou a partir do dia 1 de outubro, do ano passado, é que todas as pessoas que chegaram à Câmara para pedir esse passe não tiveram direito a ele. E são muitas.

E não olhamos aqui ao rendimento individual das pessoas, das famílias, não olhamos a nada disso. Atribuíamos simplesmente o passe. Quantos anos tem até a senhora referiu isso. Eu deixo consigo e com a governação anterior as responsabilidades que tiveram sobre essa matéria e a maneira como o fizeram. Comigo vamos pôr um ponto final sobre essa matéria e aquilo que ocorrer daqui para a frente será com uma base legal de sustentação. É isso que eu vou fazer, juntamente com as Associações de Pais. As duas situações mais preocupantes que nós temos são relativamente à Gafanha do Carmo e à Gafanha da Encarnação e que têm aqui um único problema. É que o financiamento que a Câmara faz para que o transporte exista, quer o passe seja utilizado ou não, pode ser a razão de hoje termos a existência desse transporte. É só isto que está aqui em causa. Tal e qual como o projeto do Ílhavo IN. Se calhar temos a mesma situação ali. A Transdev, até hoje, nunca nos informou quantos passes é que picam, nem com pedidos repetidos. E eu tive que fazer o trabalho de casa e chegou a altura em que eu tive que dizer não, não me responsabilizo mais por isto. É agora que o vou fazer. Tal como o sr. André disse, eu espero que ninguém vá a programas nenhuns, nem que vá ter problemas com as decisões que possa ter que tomar. Este é o ponto de situação das coisas. E sem me rir, com uma conversa muito séria porque isto não é, propriamente, uma brincadeira.

A carta está muito bem redigida, juridicamente, tem as informações todas, tem tudo. Todas as pessoas que fizeram a leitura, fizeram-na muito bem. Tive os representantes das duas Associações de Pais da EB da Gafanha da Encarnação e dos pais da Gafanha do Carmo a falarem connosco, em reunião. Portanto, já há muito trabalho feito. Temos mais de 40 pessoas a evidenciar o problema que causou o transtorno que vai causar à família, se isso for tirado. Isto não impede que qualquer família, amanhã, não tire o passe. Pode tirar o passe, não tem problema nenhum. Não tem problema nenhum. Mora a menos de 3 quilómetros, tira o passe. Não tem problema nenhum. Agora, nós, estamos a cometer uma ilegalidade.

Relativamente ao sr. André Guimarães, eu acho que tenho algum respeito pelas pessoas e possivelmente o senhor estava a falar da Lei 35, penso eu, que é uma lei que rege algumas coisas na administração pública. Mas fique com esse registo porque pode ser que ao ler possa ser que nos seus duzentos e tal artigos pode ser que conheça mais um bocadinho desta questão da transparência.

Relativamente a esse assunto, eu percebi que o senhor vinha com um assunto talvez de encomenda ou qualquer coisa. Mas é natural, porque eu já o ouvi noutras versões. Aquilo que lhe ou dizer é que as situações que o senhor referiu, nesta Câmara, são todas legais e pertencem a um quadro legislativo que está em vigor. Portanto, não tenho mais nada a dizer. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:16:58")

«Abro, agora, a segunda ronda de inscrições.»

Pedro Martins, PS: (01:17:31")

«Nós não temos muito tempo. Eu, por acaso, era para trazer nesta segunda ronda a questão que foi trazida pela Sara, do PSD, relativamente à questão dos passes para os nossos alunos para os nossos estudantes e da carta que foi enviada pelo sr. Presidente da Câmara aos encarregados de educação. Confesso, peço imensa desculpa, mas eu não percebi bem a resposta que o sr. Presidente da Câmara deu, mas se a questão é uma ilegalidade eu creio que não há, aqui, ilegalidade nenhuma. Mas o sr. Presidente, naturalmente, tem os serviços jurídicos da Câmara municipal que poderão analisar. O que a lei determina, e julgo que não estou errado, é que quem vive a mais de 3 quilómetros do estabelecimento de ensino tem direito a transporte gratuito para a escola. Eu creio que a lei não proíbe, aliás, no âmbito da autonomia de funcionamento das câmaras municipais eu creio que a lei não proíbe que uma criança, que um aluno, que um estudante que resida a menos de 3 quilómetros do estabelecimento de ensino, a lei não proíbe que a Câmara financie esse transporte. Eu penso que não há impedimento legal absolutamente nenhum. Mas deixo aqui a reserva de haver uma análise diferente. Eu julgo que nada obsta a que a Câmara, no exercício da sua autonomia administrativa e financeira, e no exercício das suas decisões de apoiar e financiar aquilo que muito bem entende, eu penso que nada obsta a que a Câmara financie o transporte de estudantes, independentemente de eles residirem a 1 quilómetro, a dois, a três ou a quatro ou cinco do estabelecimento de ensino. Aliás, pergunto. O mesmo autocarro que transporta as crianças para o mesmo estabelecimento de ensino - eu gosto de simplificar as coisas - mas o mesmo autocarro, o mesmo transporte, vai buscar uma criança que vive a 4 quilómetros e depois recolhe aquelas que residem a 3, a 2 ou a 1. Eu não percebo que encargo adicional a Câmara tem ao suportar o transporte de todas aquelas crianças. Posso estar equivocado, mas eu não vejo o racional que impeça esta análise. E não faria sentido que a lei discriminasse atribui-se o subsídio para o transporte para a escola a uma criança que resida a 3 quilómetros e 100 metros das escolas, e o amigo, vizinho que reside a 2 quilómetros e 900 metros já não tenha direito ao acesso gratuito ao transporte para a escola.

Eu peço uma pequena tolerância, muito rapidamente para concluir. Sr. Presidente, fico satisfeito por dizer que a democracia aqui são 365 dias por ano; 100% de acordo com o sr. Presidente. Mas é preciso que diga isso ao nosso amigo e membro da Assembleia, José Pinto Reis. A votação do tarifário dos Resíduos Sólidos Urbanos foi a democracia a funcionar. Foi a democracia a funcionar. Eu gostava de me alongar sobre isto, mas não posso. Portanto, há que aceitar a democracia como ela funciona. Obrigado.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (01:20:50")

«Eu não era para fazer uma intervenção, até porque eu nunca patrocinei muito esta situação, mas, de certa forma, abriram-me aqui uma brecha, principalmente o nosso amigo Luís Leitão. Eu gostava de dizer que o UPF congratula-se por conseguir colocar do mesmo lado o PS e o PSD, no interesse do nosso Município. Porque se isto hoje é um motivo de grande entusiasmo, então porque é que não aconteceu antes? 8 anos de mandato do engenheiro Fernando Caçoilo, 16 do Ribau, 4 do dr. Humberto Rocha - que é do PS - mais 8 do Manuel Galante, daqueles que eu, pelo menos, tive o prazer de acompanhar. Talvez por isso é que o UPF, hoje, lidera o nosso Executivo.

A política acima dos interesses dos ilhavenses a história diz-nos que dá mau resultado. Os ilhavenses têm demonstrado nas urnas - e eu não estou só a falar das nossas eleições autárquicas - que não são reféns de partidos. Basta fazermos uma análise dos últimos anos

sobre a volatilidade que existe. Só queria terminar dizendo que as ações recentes ou coligação negativa, ou o que quiserem, entre o PS e o PSD obstaculizam, efetivamente, o Executivo. Por isso é que a gente só pode dizer que os ilhavenses vão-nos avaliar, com certeza, em outubro de 2025. É só.»

André Guimarães, PSD: (01:22':40")

«Eu só queria dizer uma coisa. Se nós estamos aqui, hoje, todos, passado um ano de mandato é porque o PSD, o PS e o CHEGA não obstaculizaram a governação a ninguém. A instituição não caiu, as instituições estão a funcionar, as decisões estão a correr e as decisões, elas democráticas, participadas, diversas estão cá, porque o povo não se engana. O povo pôs o Unir Para fazer na liderança do Executivo, mas pôs também um PSD, pôs um PS também no Executivo e estamos cá, todos, na Assembleia Municipal. e cá todos queremos estar até ao final do mandato. Vamos ser muitos felizes e vamos fazer o bem pelo Município, porque é isso que nos une aqui.»

Sara Fernandes, PSD: (01:23':36")

«Eu vinha aqui fazer minhas as palavras do Pedro Martins. Sr. Presidente também acho que falta um bocadinho de sensibilidade de perceber o que é que as crianças passam. Tirar este direito ou este benefício foi atribuído às pessoas neste momento quando estamos a meio do período letivo, acho que não faz mesmo sentido nenhum. Por muito que sejam custos, que estejam inerentes, por aquilo que deu a entender, porque eu acho que não foi, propriamente, claro na sua resposta. Porque enquanto criança andar a carregar uma mala pesada não é assim muito agradável. Eu lembro-me porque me custava, e muitas vezes custava muito. Obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:24':20")

«Terminada a segunda ronda, dou a palavra ao sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:24':26")

«Sara. Eu nunca falei em custos. Em algum momento falei em custos. Quando eu tiver que falar em custos, eu falo em custos. E o sr. Pedro Martins também não percebeu, mas eu vou-lhe explicar novamente, ou vou explicar à Assembleia.

O que está aqui em causa é um processo que não tem sustentação legal para existir. Aquilo que o sr. Pedro Martins disse é a volta que eu vou dar para resolver um problema que existe. No entanto, aquilo que eu lhe disse é que face às posições que encontrámos com o estudo que fizemos sobre a existência desses passes, encontrámos esta ilegalidade. E a partir do momento em que a encontrámos, todos os pedidos que chegaram a esta Câmara de pais que residiam a menos de 3 quilómetros, estamos a falar de pagamento por cabeça, não é um pagamento por autocarro, é por cabeça - não foi o que o senhor deu a entender. Portanto, a Câmara Municipal, o que ela acha, neste momento, ainda sem uma negociação ou uma visão com o transportador sobre esta matéria, é que o valor que a Câmara Municipal paga pelo número de passes que, neste momento, estão numa situação irregular, permite-nos dizer o seguinte: a carreira que existe hoje, possivelmente é suportada por passes que não têm uma cobertura legal. Ou por despacho do sr. Presidente ou de outra forma qualquer, como o senhor sabe que a lei há de responder sobre isso. Não estamos a pôr em causa nada disso, já dissemos isso aos pais. Agora, desde o dia 1 de outubro, todos os pais que solicitaram isso à Câmara viram rejeitado o seu processo porque o pedido deles não era coberto pela lei.

E vamos perceber aqui uma coisa. Não está posto aqui em causa o rendimento da família ou não rendimento da família, nada. Está posto em causa um sistema que não teve cobertura legal, nem ouvi até hoje, na Câmara - e pode ser que muitas das pessoas que estão aqui encontrem um documento que suporte a decisão... e eu serei o primeiro a dizer "está aqui o documento" e afinal as coisas continuam - mas deixámos que as coisas corressem e temos uma negociação a decorrer. O objetivo disto é pôr legalidade no processo. E ponto final sobre essa matéria. Conclui, sr. Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Pedro Martins, PS: (01:27':33")

«Eu peço só um esclarecimento, sr. Presidente. Pelo que o sr. Presidente da Câmara refere é só uma questão de alterar o Regulamento?»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:27':43")

«A bem do esclarecimento, sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:27':46")

«Sr. Pedro Martins. Há uma lei geral que regula esta matéria. Aquilo que nós vamos encontrar, se tivermos que avançar para uma situação da manutenção destas situações, é encontrar uma forma legal de o fazer. Mas a lei diz que sempre que encontrarmos uma situação ilegal, devemos ter uma prova em como ela existiu. Não é cobri-la. Este é que é o processo.

E vamos ver uma coisa. O ponto crítico desta situação está na Gafanha do Carmo e na Gafanha da Encarnação, nomeadamente. Muito obrigado.»

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 1. "Designação de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) Ílhavo, para o triénio 2020-2023 (alínea i), do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 142/2015)".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:28':24")

«Concluimos, então, o PAOD de Antes da Ordem do Dia, entramos assim na Ordem de Trabalhos desta Sessão Ordinária de fevereiro. Começamos pelo ponto 1, "Designação de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) Ílhavo, para o triénio 2020-2023 (alínea i), do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 142/2015)".

A Mesa rececionou um ofício da Presidente da CPCJ de Ílhavo, que consta da documentação de suporte a este ponto da Ordem do Dia, a requerer a designação, por parte da Assembleia Municipal, de um cidadão eleitor para a Comissão Alargada da CPCJ Ílhavo mantivesse o seu pleno de Comissários, já que a nossa 2.ª Secretária terminou o seu terceiro mandato na Comissão, não sendo possível renová-lo.

Relembro que, por parecer da Comissão Nacional, os mandatos na CPCJ não coincidem com os mandatos autárquicos. Aliás, foi o pressuposto que sustentou a retirada do ponto da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária de 26 de novembro de 2021, quando, erradamente, se planeou a designação de 4 novos comissários.

Dar ainda nota que, segundo se apurou junto da CPCJ Ílhavo, apesar da descrição do ponto fazer referência ao triénio 2020-2023, esta nomeação tem a duração de 3 anos - não termina em 2023.

Por último, apesar de ser essa a tradição em Ílhavo, a lei o que obriga é à designação, pela Assembleia Municipal, de cidadãos eleitores, no nosso caso, quatro. Isso não significa que tenham, necessariamente, que pertencer ao Plenário, ao grupo de autarcas eleitos. Em muitos Municípios, os cidadãos designados são propostos dentro do universo dos munícipes eleitores.

Pergunto se os Grupos Municipais têm alguma proposta a apresentar à Mesa. O PSD tem uma proposta. Mais ninguém? Muito bem.

A proposta é apensa à presente ata pelo que se dispensa a sua transcrição.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:31':41')

«Vamos então assinalar a indicação do munícipe José Augusto Ribau Carapelho como a "Proposta A". Vamos fazer a chamada e à medida que for fazendo a chamada os srs. dirigem-se à urna para depositar o voto.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:35':58')

«Depois de contados os votos, temos 8 abstenções e 17 votos a favor. Portanto, está assim designado o cidadão eleitor, José Augusto Ribau Carapelho, para a Comissão de proteção de Crianças e Jovens. Muito obrigado.»

Ponto 2. "Relatório Anual de Avaliação das Atividades da CPCJ - 2022".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:36':40")

«Passamos ao ponto 2, "Relatório Anual de Avaliação das Atividades da CPCJ - 2022", e começava por dar a palavra ao sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:36':42")

«Muito obrigado, sr. Presidente. Vou passar à Vereadora que tem o pelouro.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (01:36':47")

«Na qualidade de presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Município de Ílhavo, falar um pouco do que são as orientações e que foram as orientações emanadas por parte da Comissão Nacional, no que concerne à apresentação do relatório anual em sede de Assembleia Municipal.

Isto porque a Comissão é uma resposta da comunidade e por esse motivo é que este assunto deve ser ampliado, deve ser discutido no sítio correto, que é exatamente este, a Assembleia Municipal, que é o lugar, por excelência, de fórum que serve para discutir todos os assuntos relacionados com a nossa comunidade.

Nesse âmbito e com o objetivo de uma perspetiva de uma comunidade mais fraterna, mais atenta, mais empática e porque este órgão, ou seja, a Assembleia também designa, como os srs. deputados tiveram a oportunidade de votar, os membros que a Assembleia indica para pertencerem a esta Comissão. É importante que estes números sejam apresentados e discutidos em sede de Assembleia Municipal.

Relativamente ao fluxo processual, como tiveram acesso ao documento, ao relatório, o ano de 2022 encerrou com um total de 221 processos, dos quais 72 foram transitados, 107 instaurados, 42 reabertos. No que concerne às sinalizações, como puderam verificar tiveram origem, essencialmente, na autoridade policial e depois, logo a seguir, no estabelecimento de ensino. O motivo da sinalização é, essencialmente, exposição à violência doméstica, assumindo, logo e seguida, a sinalização do assumir comportamentos que afetam o seu desenvolvimento pessoal. Mais adiante verão que o motivo da sinalização poderá não corresponder ao diagnóstico após a intervenção. Isto quer dizer que, muitas vezes, quando a Comissão inicia o seu processo de análise, a informação que previamente nos chega não é aquela que, posteriormente, é verificada, depois de se apurarem todos os factos. Naturalmente que no decorrer deste relatório não estão inseridos, não se encontram inseridos todas as crianças e jovens, e os seus pais ou pessoas que têm estas crianças e jovens ao seu cuidado, não concordaram com a intervenção, porque esses processos são remetidos para Tribunal. Ou seja, nesta análise estão os processos que foram trabalhados pela Comissão.

Relativamente às problemáticas diagnosticadas, continuamos com a violência doméstica e a exposição à violência doméstica, como sendo a maior problemática relacionada com os processos de proteção e promoção.

Relativamente às faixas etárias, compreendem, essencialmente, a maioria dos indivíduos, das crianças e dos jovens, na faixa etária entre os 11 e os 17 anos. Do ponto de vista de género, neste momento já está equilibrado, entre o masculino e o feminino, sendo que nos anos transatos esse equilíbrio não era tão visível. Agora já tende a atingir esse estado de equilíbrio.

Relativamente às medidas aplicadas, ou seja, qual é que é a solução que a Comissão encontra depois de escutar todos os intervenientes de perceber o meio em que esta criança ou o jovem se encontram integrados, as medidas aplicadas - aquela que é exatamente a medida primordial - é o apoio junto dos pais. Existe, porém, um número considerável, neste caso, de 24 crianças ou jovens que a medida aplicada foi o acolhimento residencial, porque

se entendeu que o meio em que esta criança ou jovem estavam inseridos não era propício o seu desenvolvimento.

Eram estes os dados que gostaria de elencar de relevar, tendo em conta que a Comissão tem tentado fazer um trabalho de exceção ao nível da divulgação, da sensibilização, um trabalho de proximidade para explicar qual é que é a ação da Comissão, e de todos os seus Comissários e todas as Entidades que participam desta ação de proteger as crianças e os jovens, porque é esse o objetivo da comissão, é trabalhar para que as nossas crianças e jovens cresçam num ambiente propício ao seu desenvolvimento pessoal e que sejam transmitidos valores, que sejam amadas - isto é muito importante, a questão do amor, da aceitação - e, por vezes, não é encontrado esse meio estável para que estas crianças possam crescer.

Também de realçar a questão o absentismo escolar que ainda corresponde a alguma medida, alguma sinalização, que ainda corresponde a algum perigo no que diz respeito ao envolvimento destas crianças e jovens no contexto escolar. Naturalmente que todo este trabalho é feito com os agrupamentos de escolas, com os pais e, essencialmente, com as crianças e jovens.

Era só esta mensagem que eu gostaria de deixar. Obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Ana Raquel Simões, UPF: (01:44:35")

«Como todos sabemos, ainda agora ouvimos pelas palavras da vereadora Maria Ramos, a CPCJ é, de facto, uma entidade oficial, considerada não judiciária, autónoma, que intervém com o fim de promover os direitos e a proteção das crianças e jovens em perigo, promovendo o seu bem-estar e o seu desenvolvimento pleno. Nas palavras da Rosário Farmhouse, presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças, a CPCJ constituiu-se como um porto de abrigo para as crianças em situação de perigo, em Portugal. Salientamos este papel, nos diferentes espaços, nomeadamente aqui, no Município, que é aquele que nos toca e que nos traz aqui, especificamente.

Para a elaboração dos relatórios anuais, a Comissão nacional precisa de um conjunto de dados, de uma atualização informática, que é fundamental e essa recolha de informação é muito importante, e vimo-la sistematizada neste relatório. Percebemos a importância destes dados estatísticos, que nos foram agora apresentados, e que são muito significativos para termos dados a nível nacional.

No entanto, gostaria de obter outro tipo de informação, sobretudo de carácter mais reflexivo sobre a CPCJ no nosso Município. Ou seja, no fundo, para além destes números, o que é que nós podemos dizer? Como é que se faz, por exemplo, a gestão dos recursos humanos? Há preocupações nesta área? Como é que é realizado o acompanhamento no terreno? Quantos técnicos temos a trabalhar? Se são suficientes? Com que média de processos? Conseguem-se dar apoio no Município e sente-se isso, às situações que nos rodeiam, já que todos devemos, de facto, ser ativos na promoção e proteção dos direitos das crianças? Os técnicos, por exemplo, têm apoio no terreno para deslocação aos contextos? Sabemos que este apoio logístico, financeiro e administrativo é da responsabilidade do Município, e assim está legislado.

No fundo a pergunta que me trazia aqui era: quais são os principais desafios e quais são as recomendações fundamentais que podemos encontrar para além destes números estatísticos?

Olhando para as recomendações que surgem no próprio relatório anual, que é publicado e está online, para quem quiser consultar, existem algumas questões que estão ou que são consideradas. Por exemplo, uma das recomendações que é feita nesse relatório é que se promovam alguns encontros regionais, distritais. Eu perguntava porque é que não temos essa informação que eu acho importante enquanto município para percebermos um pouco mais. Decorreu algum encontro desta índole no Município, tem-se participado... ou seja, perceber um pouco mais, diria, numa lógica mais crítica ou reflexiva do que tem decorrido neste ano. Só para finalizar. Reiterando que acredito que a qualidade do sucesso ou insucesso de algo nunca pode ser só estatística, gostava de ouvir a sra. Vereadora para nos falar um pouco mais nesta componente reflexiva, se possível. Obrigada.»

André Guimarães, PSD: (01:48:42")

«Eu, na altura do Natal, foi a primeira vez que vi o filme Listen. É um filme com a Lúcia Moniz, como protagonista. É um filme, nos últimos anos, que mais me fez mexer. Eu acabei de ver aquele filme e estava a tremer. Felizmente, não retrata a nossa realidade, em Portugal, mas retrata muito e toca em algumas das partes com que esta Comissão trabalha diariamente. Se

nós temos uma comunidade que trabalha com empatia, como disse a sra. Vereadora, eu acho que também devemos ser simpáticos com as pessoas que trabalham e fazem parte desta Comissão, e que trabalham para prevenir estas situações e para termos melhores resultados, cada vez mais resultados e melhores. Eu dou este relatório, e é mesmo isso que se espera, um relatório conciso, com poucas páginas, os números certos. Está bem feito, tenho que dizer. E fico contente com os arquivamentos que se veem, com os encaminhamentos ora para intervenção, ora como um perigo não confirmado. De facto, mostra que há uma ação eficaz, responsiva. Não é atirado par o lado, há uma decisão, há um resultado. E isso demonstra a capacidade que esta comissão tem de proximidade e atenta às realidades. É bom vermos que ouve um aumento das sinalizações... não é bom, mas é notório do mérito com o aumento das sinalizações por parte da comissão, porque mostra o apego que a Comissão tem na comunidade que abrange e está também lá atenta às situações de ameaça e de risco. É sobre isto que eu queria ressaltar. A importância de nós termos estas comissões fortes, as comissões atentas, estas comissões com recursos. Estas questões que a Raquel aqui levantou, faço delas as minhas palavras porque é importante haver esta reflexão, e sobretudo é importante manter esta ação contínua. Este trabalho não se faz num ano, faz-se em vários anos, faz-se com várias pessoas, com vários atores e esperemos que estes atores que estão agora neste mandato tenham o respaldo e a empatia de nós todos pra exercerem a sua função, com aquilo que melhor podem fazer.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:51:40")

«Muito obrigado. Sr. Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (01:51:59")

«Agradecer ambas as intervenções, porque elas estão ricas de análise muito importante, relativamente àquela que é a intervenção diária e permanente da Comissão. Efetivamente, a Comissão funciona e é composta por uma equipa que é a Comissão Alargada e a Comissão Restrita.

A Comissão Restrita existe na gestão dos casos e são sete elementos, neste caso seis gerem processos. Como devem compreender estou-me a colocar com a humildade que me representa habitualmente quando tenho, efetivamente, que a demonstrar porque, como bem sabem, esta não é a minha área técnica. No entanto, assim como outros comissários que também não são da educação ou não são da área da saúde, mas que estão representados na Comissão, todos nós temos esta missão de cumprir com o desígnio que é de criar condições para que a Comissão funcione e cada um de nós, com as nossas capacidades, sejamos capazes de nos complementar e de intervir exatamente na sua medida.

Relativamente às referências feitas pela Ana Raquel. O Município é quem garante a permanência de técnicos na Comissão. Neste momento, decorre algum reforço e reestruturação do ponto de vista das respostas, principalmente na área da saúde mental, ou seja, na área da psicologia. Isto é uma resposta que já decorre daquela que foi a nossa análise durante o ano passado.

No que concerne ao apoio, eu sinto que nós ficamos sempre aquém naquilo que é a nossa ação. Sim, ficamos aquém. Posso estar a ser muito negativa, mas tenho esse sentimento porque sei que, efetivamente, os técnicos têm muitos casos a gerir e carecem de muitas horas de análise, muitas entrevistas, muitas conversas, muitas visitas que decorrem com os meios facultados pelo Município, ou seja, existe a deslocação para as visitas, inclusive às instituições onde estas crianças ou jovens poderão estar institucionalizados. Essas questões estão acauteladas.

A questão do encontro. Em 2022 foi ano de encontro da Comissão Local de Ílhavo, que promoveu o encontro em torno do tema da saúde mental nas crianças e nos jovens. Foi um momento muito importante de discussão, com a participação de várias Comissões. Segundo o que eu percebi já acaba por ser muito habitual este intercâmbio e esta partilha entre as diversas comissões e com a participação da Comissão Nacional.

Em relação às referências realizadas pelo André. Há situações que são muito difíceis e eu posso falar porque já tive esta abordagem por várias vezes. Quem me conhece, eu sou a décima primeira filha. Eu tenho 10 irmãos. Eu coloco-me sempre nesta posição da Comissão com esta perspetiva de que se eu tivesse nascido nos dias de hoje, a leitura da sociedade perante aquilo que foi o meu desenvolvimento não era a mesma. E eu tenho sempre muito esta perspetiva daquilo que eu trago para o grupo no que concerne à vivência, à nossa experiência pessoal, com tudo o que nós carregamos, a nossa bagagem, com tudo aquilo que

os nossos pais nos deram e nos tentaram transmitir com tantas dificuldades. Por vezes, nós, na sociedade, temos sempre a tentativa daquele olhar julgador que nem sempre é protetor. E essa é uma linha muito tênue que é difícil de gerir, mas nós, enquanto sociedade, temos que ter esse olhar atento. Independentemente de ser julgador ou de ser protetor. A mensagem mais importante que deveremos sempre acolher aqui é "nós funcionamos todos em conjunto, a Comissão somos todos nós". Todos nós trabalhamos para este desígnio que é a proteção das crianças e dos jovens. E sim... o aumento das sinalizações também decorre de um papel muito importante que foi desempenhado este ano, aproveitando este retomar da atividade dos estabelecimentos de ensino, tentar esta aproximação, esta desconstrução daquilo que é a atividade da Comissão, não ser aquele bicho-papão que exerce este papel de castrador e de separação daquela que é a nossa raiz familiar. E a Comissão não tem esse papel. Toda a atividade de sensibilização que foi realizada foi muito positiva e deu origem a este crescendo e a esta dinâmica que se sentiu. Nesse aspeto, não haja dúvida que os técnicos, principalmente os técnicos da área conseguem atribuir um valor importantíssimo à atividade da Comissão. Obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:58:28")

«Muito obrigado. Abria agora uma segunda ronda de intervenções. Pergunto se há inscrições. Não há inscrições.

Concluídas todas as intervenções, dou como Apreciado e Tomado Conhecimento o Ponto 2: Relatório Anual de Avaliação das Atividades da CPCJ - 2022.»

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs a suspensão dos trabalhos para um curto intervalo. Eram 22 horas e 58 minutos. (01:58:52')

Retomados os trabalhos às 23 horas e 10 minutos. (02:10:07')

Ponto 3. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01NOV2022 a 31DEZ2022".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:10:07")

«Vamos passar ao ponto 3: Apreciação da "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01NOV2022 a 31DEZ2022".

Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do documento.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:10:26")

«Deixar uma nota só. Da última vez apresentei aqui o quadro sobre aquilo que são as operações relativas aos fundos comunitários. Penso que este mapa está bem, tem só uma candidatura a uma viatura e depois faz uma referência a duas, numa das linhas. Só fazer um reparo sobre essa matéria e percebermos aquilo que foram as candidaturas da Câmara Municipal, até hoje, e que ainda estão em aberto. Tinham um plano que ultrapassavam os 10 milhões de euros, elegível ou aprovado, e que, neste momento, ainda temos perto de 2 milhões e meio, já com a introdução das novas candidaturas que já foram feitas no ano de 2022. Agora, se Deus quiser, hão de ter aqui outros resultados perante o novo Quadro que se apresenta e aos valores do PRR.

Penso que o documento será sempre alvo de observações dos nossos deputados municipais. Vou aguardar por elas e responderei na medida do possível. De qualquer maneira, também tentámos que esta Atividade seja suficientemente esclarecedora e, caso haja dúvidas, continuaremos a melhorar para que essas dúvidas sejam suprimidas, e que ela possa justificar o significado que todos queremos que é relatar de dois em dois meses aquilo que é a atividade municipal. Ficam as referências a estes dois meses, novembro e dezembro. Na próxima Assembleia avaliaremos até 15 de março, fazendo isto pelos períodos da Assembleia Municipal. Tomámos esta decisão e vamos tentar ser coerentes com esta posição que agora afirmei. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:12':32")

«Vou abrir as inscrições.»

Daniela Alegria - UPF: (02:13':09")

«Vou dar primeiro uma introdução e depois algumas notas, alguns dados que recolhi da Atividade Municipal.

O relatório da Atividade municipal relativo ao período de novembro e dezembro, dá-nos uma série de dados que analisados nos podem fazer refletir sobre certas situações, muitas vezes discretas, mas valiosas do ponto de vista da génese do que tem sido o empenho do Executivo. Governar exige tomadas de decisão, por vezes não consensuais, diria até que, de alguma forma, pouco populares se atentarmos no significado do termo. Nem sempre ouvimos o que queremos ouvir e, portanto, ficamos mais permeáveis a discursos que, de algum modo, nos atenuam as ansiedades. Mas as ansiedades combatem-se enfrentando os problemas com resiliência, firmeza e prudência. Tudo aquilo que o politicamente correto não encerra. É pena. Apelar aos estados de alma num período conturbado como o que vivenciamos é, de certa forma e somente, paliativo. Como o relatório é do conhecimento de todos, não vale a pena estar aqui a enumerar tudo aquilo que está disponível, mas há dados que nos suscitaram interesse e que importa ressaltar.

Um deles, o número de funcionários com baixas médicas é avassalador: 67 trabalhadores. Se tivermos em conta que estamos perante um cenário de imensas dificuldades em manter os recursos humanos operacionalizáveis, mais as variáveis externas que não controlamos, é fácil perceber porque é que tem sido um caminho difícil como não se via há muitos anos. Isto não é razão para enveredarmos pelo caminho do facilitismo, desbaratando recursos que parecem grandes, mas que, num ápice, se esgotam.

A diminuição da dívida aos bancos que exige rigor, não significa que a folga financeira seja algo de permanente atenção, para não dizer cobiça. Se fosse o contrário, entenderíamos. Dirão os experientes que é preciso ambição e investir para se ver. Não cremos que seja prudente. Os nossos munícipes, com certeza, também não terão essa opinião. A utilização do endividamento e dos empréstimos bancários deve ser uma ferramenta de gestão para usar com responsabilidade e para a execução de projetos estruturantes. Hoje diminui-se para que possamos aumentar quando for estritamente necessário. Sabemos das dificuldades porque também as sentimos diariamente perante toda a complexidade destes novos tempos.

Nas comunicações via e-mail, a caixa de sugestões é praticamente inexistente neste período, se atentarmos que coincide, exatamente, com uma fase de governação do nosso Executivo muito difícil, quer pelas constantes investidas por parte da oposição, quer pelo bloqueio que se tem feito a decisões de responsável importância. Entendemos que os nossos munícipes se encontrem, tal como todos nós, em situações de bastante fragilidade, não só económica, mas, por extensão, psicológica e social. Os tempos são duros, a guerra não nos dá descanso, a crise inflacionista encontrou-nos num período em que todos sonhávamos voltar à normalidade depois do que foi a era Covid. Infelizmente, encontrámos um cenário que não esperávamos. Resta-nos governar com aquilo que nos resta: bom senso e prudência. Não sabemos ainda o que é que está para vir. Sinceramente, esperamos que isto nos tenha servido de lição para não irmos em sonhos e empreitadas que se resumem a votos, pois o nosso compromisso foi e será sempre as pessoas. Por tal, lanço um desafio aos munícipes: participem. Há um problema? Deem sugestões. O e-mail é válido para reclamações, mas também para contributo de todos. O Município são as pessoas. A democracia só faz sentido quando, fora destas paredes institucionais, todos empreendem esforços para resolver problemas. E indo um pouco mais longe, reforço aquilo que foi uma medida implementada exclusivamente pelo nosso Executivo e que aparece com uma referência muito discreta: o orçamento participativo. Esta excelente oportunidade de fazer vingar ideias, projetos, que beneficiem todos, contribuindo para uma maior participação e inclusão da comunidade. Não deixem escapar esta oportunidade que em outros municípios tem sido um êxito tão expressivo que conseguiu fazer a diferença, quer na vida das pessoas, quer na forma como encaram a sua importância da vida em sociedade. Um bem-haja pela iniciativa.

Por fim, queremos também reforçar o empenho nestas que foram as primeiras festas natalícias sem constrangimentos, quanto à atividade cultural, nomeadamente ao programa Concertos de Natal que se fizeram ouvir nas várias Igrejas Paroquiais das nossas Freguesias. Aliás, prática corrente pelo nosso Portugal e também por terras além-fronteiras. Por ser a primeira edição, reforço aqui o agrado pelo arrojo da iniciativa, já que a promoção da cultura não passa só pelo entretenimento, mas, acima de tudo, pela oportunidade que todos temos de poder desenvolver sensibilidades estéticas e fruir de espaços e convívios que se unem por

aquilo que nos transforma, enquanto pessoas intelectualmente capazes de construir memórias e competências no domínio da reflexão. Municípes conscientes acrescentam e contribuem para o futuro das nossas gentes. Obrigada.»

André Guimarães - PSD: (02:19:14")

«Não foi preciso ler as mais de dezenas de páginas deste relatório para me deparar, na página 7, em que dizia "prossequimos a valorização do território, renovando e cuidando das infraestruturas, nomeadamente parque escolar, os edifícios e o espaço público". Ainda bem porque assim fico mais reconfortado porque é isto que eu vou dizer quando uma das minhas ex-professoras, com quem eu falei muito recentemente, me veio dizer que dantes se ligava para a Câmara e era resolvido, e agora já não é. E eu vou-lhe dizer "hum... página 7, o Executivo prossegue com a renovação e valorização do território, renovando e cuidando das infraestruturas, nomeadamente o parque escolar". Portanto, sra. professora não se preocupe, continue a fazer as manifestações com a carreira, que são muito legítimas, porque o parque escolar está a ser renovado. Ainda que a água continue a estar fria, que haja telhados a voar, que haja casa de banho entupidas, que haja lâmpadas avariadas, que haja portas por arranjar e que haja acessos para pessoas com mobilidade reduzida que não estão a ser acautelados. Portanto, fico contente de ver neste relatório que está a ser prosseguida a valorização do território com a renovação e cuidado com as infraestruturas, nomeadamente com o parque escolar. Dantes, ligava-se e resolvia-se, disse-me uma professora. Eu podia ter dito, mas não disse e, portanto, digo agora: dantes fazia-se mais, melhor e com menos gente.

Poderão dizer-me eu a função é difícil, que há desafios, que há tempo contado, que há recursos limitados, que há muitas preocupações, que há muitos constrangimentos, que um presidente de câmara dos dias de hoje não é como era há 20 anos. Concordo em absoluto. Se calhar tudo isto é verdade, mas também tudo isto se faz com alguma organização pessoal. Porque basta irmos à página 9, são duas páginas a seguir - não temos que ler este relatório todo, basta só ir às primeiras páginas - para lermos "ida a Alcobaça para inauguração de um hotel". Se fosse um hotel aqui na região eu até admitia que pudesse haver promoção para a extensão da estrada, para as pessoas poderem vir ao nosso Município, mas uma viagem a Alcobaça, pressuponho que demore duas horas para a ida e duas horas para o regresso, no mínimo, se forem cumpridos os limites de velocidade para ir a uma empresa, a um hotel, que não está na nossa região, nem tão pouco aqui. Portanto, o hotel é em Alcobaça, não nem em Ílhavo, nem na Gafanha. Quando temos mais tempo para ir a eventos, temos menos tempo para gerir o Município. Fazia-se mais, melhor e com menos gente.

É a minha mensagem. E esta 'menos gente' continua a trabalhar, esta 'menos gente' continua a estar, com baixa, sem baixa, às vezes em condições muito difíceis, em condições muito precárias. Eu sei que estas pessoas nesta Câmara trabalham, eu sei que estas pessoas dão o litro, eu sei que estas pessoas, que são os funcionários desta casa, que nos acolhe, estão a zelar por aquilo que é nosso. E temos uma liderança nestas condições.»

Diana Gandarinho - PS: (02:23:15")

«Começo por pedir um esclarecimento. Nas atividades sr. Vice-presidente, no capítulo de fundos comunitários, é apresentada uma candidatura municipal ao fundo ambiental. Gostaria de ter mais informações sobre este assunto. Acredito que terá fechado candidaturas no final do mês de agosto.

Em segundo lugar, há um assunto da atividade que não pode ser deixado por abordar. A proposta de tarifário de resíduos sólidos urbanos de 2023. Quem acompanhou as reuniões, viu bem o que aconteceu. O posicionamento do PS é que o aumento é irrepetível, mesmo que abaixo do que o UPF pretendia, e isto porque temos de fazer o trabalho necessário para a redução da despesa. Não é só onerar o contribuinte. Já sabíamos que os preços dos resíduos indiferenciados iam subir. E vão continuar a subir. Foi uma das teclas que o PS bateu aqui em Assembleia. Mas agora que somos confrontados com esta realidade e que isso pode mexer com o equilíbrio orçamental através do tarifário, entramos em pânico e queremos atirar a responsabilidade exclusivamente para os municípios. Tanto a pagar, como a dizer que isto só depende da decisão de cada pessoa. Aliás, o sr. presidente até disse em algum momento neste debate que enquanto a taxa não estiver equilibrada não podem pensar em outras soluções. E a mim parece-me surreal, porque precisamos exatamente do contrário.

Finalmente já todos entendemos, ou assim o espero, que se reduzirmos o volume de indiferenciado, que é o resíduo mais caro, a fatura alivia. Portanto precisamos de trazer soluções impactantes se queremos reduzir os custos E ter uma comunidade mais sustentável. E precisam ser soluções novas, porque está mais que visto que as rodinhas dos Rs e o EcoEscolas dos executivos anteriores, sem tirar o mérito da implementação destas medidas,

não são suficientes ou adequadas para a mudança de comportamentos que precisamos no município.

E logo a seguir ao debate em torno do tarifário, uma desilusão. A estratégia para a política ambiental que apresentaram oficialmente na cerimónia Ecoescolas foi... qualquer coisa.

Quero congratular por terem dado os primeiros passos com a lei dos biorresíduos, através do projeto piloto para consumidores não domésticos. Ainda que há um ano atrás me estivessem a dizer que não existia lugar para abordagens experimentais, e que era importante que o trabalho efetuado fosse definitivo, fico satisfeita por tomar conhecimento desta medida.

Agora, o prolema da estratégia apresentada é que, além dos biorresíduos e da realocação de ecopontos, não ouvi nada de novo. E definir metas em comunicações carismáticas não é o suficiente para incentivar a mudança de comportamentos. Passar para os 50% de separação no espaço de um ano vai exigir muito mais. E na realidade o sr. presidente também sabe disso, porque também o ouvir dizer que não seriam os biorresíduos a fazer baixar a taxa. Portanto estranho onde está o resto da estratégia para a política ambiental. Disseram que estavam a estudar várias soluções, que iam trabalhar a sensibilização. E tudo bem que só tinham um técnico na altura, mas, entretanto, um ano passou.

É urgente não só pelo equilíbrio orçamental da camara e das famílias, mas pela sustentabilidade da nossa comunidade e dos nossos consumos. E porque mais cedo ou mais tarde vamos voltar a este problema da tarifa. Alias vai ser um problema ainda maior para o município e para os sistemas que tem atualmente em funcionamento, já que o lixo terá de ser taxado à parte da conta da água e na lógica de poluidor-pagador. Penso que o ano limite é 2026. Não nos vamos lembrar disso só na altura, pois não? Precisamos preparar já esse trabalho. Não podemos procrastinar e depois chamar-lhe mudanças serenas.

Portanto espero que os próximos documentos da atividade municipal sejam bem mais ricos no núcleo de ambiente e alterações climáticas, para o bem de todos.

E para não dizer que a oposição não dá ideias, pense comigo. Se conseguíssemos reduzir o lixo indiferenciado que sai da casa dos munícipes, a percentagem de reciclados ia aumentar por si só, mesmo sem existir mais separação. Ofereça galinhas sr. presidente. E compostores. Volto a dizer. A prevenção de resíduos vem antes da recolha seletiva na hierarquia de gestão. Sejam arrojados para experimentar soluções conjugadas com a recolha de biorresíduos, prestes a iniciar. Obrigada.»

Luís Leitão - PS: (02:28':54")

«Há também países, Diana, que para além das galinhas oferecem os galos, porque há sempre uma capacidade de reprodução e de manter viva toda essa dinâmica por mais do que um momento.

Muito mais a sério. Sr. Presidente, a propósito da sua última intervenção quando comentou o facto de eu ter falado sobre a Mesa da Assembleia. Já sabe, já me conhece, sabe que eu não faço copy paste das ideias de ninguém e a única coisa que eu faço, aqui, de copy paste, muitas vezes, é as declarações de voto do Partido Socialista. E, portanto, olhos nos olhos, agradeço que mantenha o respeito pelas minhas intervenções porque sabe que eu não copio as intervenções de ninguém. E não é uma questão de colocar o fulgor que fazia referência na minha intervenção. É que a minha participação é convicta e não é olhar para comentários que minimizam a minha intervenção que deixa de ter a intervenção e o valor daquilo que foi o mandato, ou, pelo menos, este primeiro ano neste mandato da Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo.

E a propósito, também de política e de politiquice, aquilo que são os partidos e os independentes, tivemos, depois da intervenção do Pinto Reis, um exemplo negativo de como falar é fácil, agir é bem mais difícil. Estivemos, há pouco, a votar a representação de uma pessoa. Normalmente votam-se ideias, podemos estar a favor ou contra. Aqui é alguém que se propõe nomear um representante, uma pessoa que achou que tinha o perfil ideal para estar lá. Normalmente não se chumbam pessoas, a não ser que seja necessário fazer-lhe uma cerca sanitária ou que tenham códigos de conduta que façam com que sejam limitados. Abstermo-nos numa coisa como esta não é muito bonito e isto só acontece porque não puderam nomear um representante. A lei é muito clara. Mas curiosamente o UPF tem lá um representante, porque parece que a pessoa que foi nomeada pelo CDS, está lá em representação do CDS, é membro das vossas listas. Até por isso me parece um momento muito fraco de política e é só apenas para contrariar.

Posta a nota e os pontos no sítio certo, gostava de fazer uma referência ao período da Atividade Municipal e volto a fazer referência ao mesmo que já tinha dito no passado. Estamos aqui a discutir e a avaliar a atividade municipal do dia 1 de novembro ao dia 31 de dezembro, e estamos em meados de fevereiro. Entendemos já mais do que uma vez, e falámos sobre

isso, que a Atividade devia ser mais próxima da data da convocatória. Fazia mais sentido estarmos aqui a avaliar a Atividade Municipal até 31 de janeiro. Fica a nota, espero que não caia em saco roto, mas o hábito faz o monge.

Quanto à análise orçamental, damos destaque, e pegando no conteúdo do texto que proferiu, folgo o destaque para a execução da receita cobrada, em dezembro de 2022, que é de 99,17%, a percentagem mais elevada de sempre, desde que este método começou a ser implementada. Essencialmente, este valor deve-se ao aumento dos impostos diretos, nomeadamente do IMT, impactando no futuro em valores do IMI. Se se lembrarem da minha última intervenção, já fazia com que estes números acontecessem. O sr. Presidente dizia que não sabia qual iria ser o valor da receita, mas afinal não somos todos tão desconhecedores da realidade. E eu, pelos vistos, acertei, não em 99,17%, mas em 100% daquilo que era a tendência que iria acontecer.

É natural que no próximo ano venhamos a ter mais IMI, porque se tivemos agora mais IMT vamos ter mais IMI, e, portanto, aquela justificação que fomos dando para as receitas e para a redução da taxa, parece que faz sentido, e agora mais do que nunca.

Um aumento de 415 mil euros, resultado de taxas e loteamentos. Isto é sinal que o imobiliário está em alta, a dinâmica na sociedade é positiva, prevê-se para o próximo ano a continuidade de mais IMT e, portanto, a continuidade de maior cobrança de IMI. Portanto, aquilo que tenho vindo a dizer já nos últimos anos, no mandato anterior, esta tendência mantém-se cada vez mais elevada e, portanto, faz cada vez mais sentido reduzir a taxa de IMI para valores mínimos.

A execução da despesa é de 80,36%. Já percebemos que os pagamentos materializados foram suficientes para cobrir a quase totalidade dos compromissos assumidos. Ou seja, os fornecedores, na Câmara Municipal de Ilhavo, devem estar bastante satisfeitos. Nem todos têm a mesma sorte por outros lados. Não é necessariamente uma crítica, é um elogio.

Há aqui também outra contrapartida, é que isto faz um excedente orçamental e, muitas vezes, é preciso perceber se é só excedente por excedente ou se é falta de capacidade de gerar novas dinâmicas.

A propósito do comentário da Daniela, do UPF, que, a determinada altura, se refere às investidas da oposição. A oposição não investe. A oposição critica, a oposição exerce um direito democrático que é o de fazer vingar as suas ideias e interpretações, pela forma que consideram ser mais justo o caminho, mais correto o caminho para o seu município e para os seus munícipes. E também nós, oposição, seja lá ela qual for, também pela força dos mesmos votos, podem dizer e tentar implementar uma determinada política.

Em democracia a escolha dos eleitores não deu poder total ao UPF, deu um poder minoritário ao UPF. Disse, o povo, senhores da oposição controlem o mandato do UPF. O povo não passou um cheque em branco ao UIPF. O povo não quer que o UPF gire como quer e lhe apetece, e, provavelmente, até diz que a pouca experiência que eles têm aconselha a que sejam devidamente acompanhados. O que é que pode acontecer, nestes casos? Os medos da presidência, não são, necessariamente, os fantasmas da oposição. O sr. Presidente, com a sua experiência autárquica anterior teve um excelente desempenho enquanto presidente de Junta. Era majoritário. Podia fazer a seu belo prazer, colocando-se nesta posição, como esteve há pouco a responder connosco com os olhos para baixo que nem se conseguia perceber o que dizia ao microfone, chateado por ter pessoas a incomodá-lo. Eu sei que às vezes não é fácil. Eus ei que o senhor se empenha. Que faz com genuinidade o melhor que é capaz e que quer para a sua Câmara ou para o seu Município. Portanto, não estamos a denegrir o seu trabalho, mas também tem que respeitar a capacidade de nós exercermos o nosso. E não seja amuado nas respostas que nos dá. Olhos nos olhos. Ponha o seu sorriso porque o senhor é um homem simpático. Ponha o seu sorriso nas respostas. Nós até merecemos a sua simpatia.

O poder tem que saber agir, tem que saber mediar e tem que saber negociar os seus objetivos com a oposição. Se os senhores não querem negociar com a oposição, se os senhores não estabelecem pontes, não têm caminhos cruzados.»

Pedro Martins - PS: (02:38:04")

«Venho aqui fazer um elogio no que diz respeito ao Orçamento Participativo. Mas antes do Orçamento Participativo, eu gostava de tocar na questão que foi muito bem colocada pela Diana Gandarinho, que é a questão dos resíduos sólidos urbanos e do famigerado tarifário que causou algum incómodo, algum desagrado ao UPF porque o Executivo, pelo menos o Presidente e os Vereadores do UPF não lograram levar a bom porto a proposta que tinham trazido sobre o tarifário, pelo menos aos níveis do aumento das tarifas que pretendiam. O céu não é o limite. Nesta questão dos resíduos sólidos urbanos, mas não só, também na questão

da eletricidade, na questão do gás, em todas essas questões, o céu não é o limite, nem as tarifas são a solução para tudo. As câmaras municipais têm que fazer os eu trabalho, têm que melhorar a recolha dos resíduos sólidos urbanos, têm que encontrar soluções que respondam à necessidade - os resíduos sólidos são produzidos pelas famílias, em casa, e nos mais variados setores - e tem que haver uma solução para isso. A tarifa não é a solução. Eu até acredito que terá de haver, num futuro próximo, uma intervenção governamental nesta matéria. Da ERSAR, do Ministério do Ambiente, etc., porque, se calhar, as câmaras não vão conseguir resolver este problema. E este problema não se cinge às câmaras municipais. É um setor que vai muito além das câmaras municipais. Portanto, o tarifário não é o limite, temos que meter essa ideia na cabeça. E muito bem esteve a oposição, o PSD e o PS, em não ter permitido que o Executivo, liderado pelo presidente Campolargo, pelo UPF, levasse a bom porto, o seu bom porto, o aumento das tarifas de uma forma exponencial e que as pessoas não suportam. Hoje em dia as pessoas não suportam este aumento tarifário. E, aliás, viu-se neste ano de crise, de aumento da taxa de inflação, etc., as medidas que o Governo teve que implementar para impedir que o gás subisse, que a eletricidade subisse, que todos esses serviços públicos de fornecimento de gás, eletricidade, etc., subissem para que fosse pago o fornecimento daquela matéria-prima. E aqui é igual. Volto a dizer e repito: o céu não é o limite. As tarifas não podem subir indefinidamente, indiscriminadamente. Portanto, isto também é um sinal para que a Câmara Municipal faça o seu trabalho, melhore as condições de recolha dos resíduos sólidos urbanos. É um trabalho difícil, requer, eventualmente, alguma imaginação, requer perceber o que é que outros municípios estão a fazer porque há municípios que têm soluções muito boas de recolha de resíduos sólidos urbanos, que as implementaram, que fizeram o trabalho de casa. Em Ílhavo também tem que ser um trabalho posto em prática, não será a curto prazo, mas a médio e longo prazo. Era esta nota que eu gostava de deixar sobre essa matéria.

Sobre o Orçamento Participativo. Nós saudamos porque foi uma luta do PS, no Município de Ílhavo, e o presidente Campolargo sabe disso, a implementação do Orçamento Participativo, aqui. Até pelas experiências que nós conhecemos de outros Município onde foi implementado o Orçamento Participativo e onde houve um conjunto de iniciativas de obras, de intervenção no espaço público, de atividades. Muitas vezes os Executivos e os políticos locais não concebem, tem que haver alguém que pese, muitas vezes, fora da caixa e traga ideias novas. É esse o objetivo e, por aí, se reforça a democracia, dos orçamentos participativos, permitir que uma parcela ínfima, que seja, do orçamento municipal seja canalizada para projetos interessantíssimos e que muitas vezes não lembram a ninguém, por muitos orçamentos se façam, por muita necessidade a que se tenha de responder e por muito trabalho que tenha que ser feito. Há sempre coisas novas que vêm de onde menos se espera.

Na altura, o PSD, que também tem aqui algumas culpas no cartório, nunca o implementou. Foi adiando, adiando, adiando, nunca fez, nunca implementou, praticamente nunca se viu nada. Recordo que também havia sempre a desculpa de que não havia orçamento, de que não havia verba, era preciso dinheiro, naturalmente, para investir, não há dinheiro para tudo - esse jargão que normalmente se utiliza - e é um facto. Eu lembro-me de dizer, e também não quero ir contra aquilo que defendia, que não é preciso muito dinheiro para implementar o Orçamento Participativo. Não é preciso alocar verbas muito altas para o Orçamento Participativo. Mas convenhamos, 84 mil euros, se não estou em erro, ou 85 como está no orçamento. Também não me parece uma verba minimamente digna, ou seja, não me parece que seja uma verba que permita fazer alguma coisa. 80 mil euros não dão para fazer nada. Não é necessária uma verba substancial, muito grande, mas 80 mil euros, manifestamente, tenham paciência. Não dá para absolutamente nada, a não ser que digam que pretendem rever o orçamento nessa parte.

E é este o reparo que eu faço. Mas elogio, elogio-vos, efetivamente, se o Orçamento Participativo vier a ser uma realidade neste Município. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:44':15")

«Sr. Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:44':21")

«Vou tentar responder da forma que consigo e que posso, uma vez que alguns recados que são dados nesta Assembleia nem sempre os vou aceitar. Peço desculpa aos membros que fazem essas referências que continuem a falar com os seus pares dessa forma. Comigo,

continuarei a ter o mesmo respeito que sempre tive por eles. Portanto, fico-me por aqui em relação a esses comentários.

E também gostaria que o sr. Presidente da Assembleia, quando estivermos a falar da Atividade Municipal, peço-lhe imensa desculpa, falássemos da Atividade Municipal, única e estritamente.

Relativamente ao sr. André Guimarães, eu acho que esta questão que o senhor refere, era bom que participasse, como as outras participam, os problemas. Falamos com 'A', com 'B' e com 'C'... eu não percebo com quem fala. porque se referir nomes nós até somos capazes de chegar próximo das pessoas, ter os esclarecimentos necessários e para vermos a maturidade dos problemas. E, se calhar, esses problemas até batiam consigo, já não batiam comigo, porque se calhar já existem há algumas dezenas de anos. Mas o senhor saberá. Olhe, eu andei na escola secundária de Ílhavo, ainda no antigo ciclo, conheço os problemas da escola secundária de Ílhavo, fui presidente de Junta durante 8 anos, de dicado, ainda hoje o ouvi aqui, julgo que o fiz da melhor forma, entreguei-me à comunidade e a comunidade respondeu-me dessa forma uma segunda eleição. E gostaria de dizer, também, que na primeira eleição não tive maioria absoluta na Assembleia de Freguesia, só este esclarecimento sobre isso.

Deixar-lhe-ia algumas notas se quisesse ler outra vez o documento, vê as operações que fizemos nas escolas, daquilo que ainda estamos a fazer, e se quisesse conhecer fica desde já convidado para lhe entregar uma lista de umas 15 ou 20 folhas de problemas que encontrámos nas escolas e só aqui estamos há 14 meses. Depois tiramos as conclusões necessárias para o senhor falar outra vez aqui, onde o senhor esteve a falar, assim entusiasmado e a sorrir e dizer às pessoas o que é que encontrou, a maturidade dessas coisas que encontrou, os problemas, porque é que não conseguiram resolver nessa data, quais foram os problemas que encontraram.

Relativamente aos trabalhadores, fico contente por o senhor fazer as referências que faz, mas vou-lhe dizer só uma coisa. Gostava que tivesse muito mais respeito pelas pessoas que trabalham nesta Câmara, porque elas trabalham tanto como eu, aqui. E não é a liderança que está a falhar, nem são os trabalhadores que estão a falhar. É mesmo a complexidade dos processos que estão aqui instalados e que temos que tratar deles o quanto antes. Eles reconhecem isso perfeitamente e nós vamos ter a prova disso mais à frente, mas o senhor, depois, é capaz de vir elogiar isso mais tarde. Eu vou deixar isso para mais tarde que é para o senhor perceber o que é que é a gestão. Espero não lhe estar a dar lição nenhuma porque não escolhi a via do ensino para estar aqui. Escolhi a via política e estou aqui a desempenhar o meu cargo. Não venho para aqui receber recomendações ou posições suas relativamente a matérias de como é que se gere ou deixa de gerir a complexidade dos problemas que encontrámos aqui.

Relativamente àquilo que são as entradas e as saídas para fora do Município, pode fazer os comentários que quiser. Fico contente com isso e até posso dar-lhe boleia, se quiser. Perceba o que é que são os empresários com relevo no Município e perceba a posição que o sr. Presidente da Câmara tem que ter nessas representações para as quais é convidado. E com respeito.

Relativamente à sra. Diana Gandarinho, em relação à candidatura que não teve efeito, ainda está ali, mas vamos retirá-la. tem razão. A candidatura que referiu ao sr. Vereador, realmente, não teve aprovação comunitária, nas acessibilidades 360. Penso que é isso que está a referir. Relativamente aos tarifários, vou aproveitar o momento, já que tanto se falou sobre esta questão do tarifário. Vou recomendar que estejam atentos, vou tentar dar o meu melhor sobre esta matéria. Vou explicar ao sr. Pedro Martins que o valor que deu hoje à ERSAR não foi dado pelo seu Vereador na reunião de Câmara. Mas fico contente por isso.

Relativamente a este tarifário o tarifário apresentado pela Câmara Municipal nos últimos anos, desde 2015, foi sempre aprovado por unanimidade, incluindo o de 2021. O de 2021 e, depois, o de 2022 também foram aprovados por unanimidade, sem qualquer discussão. Sem qualquer discussão. E foi assim que se pautou, desde 2015, nesta Câmara. Sem qualquer discussão. Em 2021 para 2022, quando tivemos que tomar os procedimentos para apresentar um tarifário, com as propostas e as indicações que a ERSAR dá, com o conhecimento que tem dos concedentes do Estado, ou seja o que o concedente dá - os concessionários que o estado tem para fazerem a recolha e o tratamento dos lixos - foi de 83%. Porquê? Porque nós assumimos que as tarifas que estavam como referência em 2021 iam compor o tarifário para 2022, quando fomos surpreendidos, em 2022, com uma subida abrupta, para 44 euros, e não fizemos essa colocação no nosso tarifário. Não fizemos revisão de tarifário. Custou, à Câmara Municipal, 340 mil euros, no ano passado. E verificou-se, desde 2015, a taxa mais baixa deste tarifário. Já tivemos 104%, em 2015; em 2016, 97%; em 2017, 96%; em 2018, 100%; em

2019, 102%; em 202, 98%; em 2021, 97% e em 2022, 83%. E aquilo que é a intenção deste Executivo, e que mantenho, porque o disse, era que o tarifário estivesse equilibrado nos 100%. Porque a escalada da TGR e a escalada dos preços da recolha do lixo e do tratamento desse lixo. Estamos a falar daquilo que é o lixo indiferenciado e que vai subir até aos 75 euros, em 2024. São essas as indicações que nós temos. E a TGR poderá subir para os 30 ou 35%, que, como sabe, tem ligação direta à Agência Portuguesa do Ambiente. Portanto, relativamente a essa matéria aquilo que pressupõe para os ilhavenses e para o orçamento da Câmara Municipal é que nós temos aqui uma despesa que não tem a visão que a Comunidade Europeia no pede, que é a ótica do produtor/pagador. Portanto, temos que mudar hábitos, temos que mudar comportamentos, temos que fazer isso. E o que eu disse na cerimónia das bandeiras foi que "era ótimo que todos os que me estão a ouvir conseguíssemos reduzir em 50%, e daqui a um ano eu conseguisse ver que a taxa do lixo diferenciado e do indiferenciado fosse 50 por 50". Foi isto o que eu disse. O que não faria com que o valor da taxa dos resíduos baixasse porque o custo da operação, tendencialmente, vai subir. Que fique aqui esclarecido para todos os nossos munícipes, para todo o Portugal, que é isto eu se está a passar. O que nós tivemos foi uma irresponsabilidade enorme na gestão deste processo, desde o primeiro dia em que levei uma proposta, levo a mesma proposta segunda vez, e faço uma proposta conciliada com uma reunião e faço um convite para uma segunda reunião, que até foi lida numa reunião de Câmara, e continuo à espera. Convido a Diana Gandarinho para me enviar um documento com as situações que nos pode apresentar para nós termos melhorias neste trabalho. Nós temos inúmeros parceiros, nomeadamente os dois parceiros mais importantes que é a SUMA e a ERSUC, e baseamo-nos muito num trabalho que está subcontratado, de um contrato no qual eu não fiz parte nas decisões, mas que, neste momento, posso revê-lo, para baixo ou para cima, e poderei rever essas operações. Mas todas as operações vão ter um custo. Eu ouço muita gente a dizer porque é que não faz a recolha porta-a-porta, porque é que não aumenta o número de ecopontos, os ecopontos estão sempre cheios, porque é que não faz isto, porque é que não faz aquilo, porque é que não faz aqueloutro. O Município já experimentou inúmeras coisas e há técnicos que estão aqui há mais de uma dezena de anos e que nos fazem ver isso mesmo. Eu acho que todos os caminhos, neste momento, são para a sensibilização da nossa comunidade. Mesmo que nós consigamos, e temos essa obrigação, colocar os diferenciados no sítio certo, os lixos no sítio certo, não fará com que a tarifa baixe. E a tarifa, então, tem aqui um papel importante e gostei do sr. Pedro Martins fazer essa referência. Se calhar o sr. Ministro do Ambiente tem que pensar nesta estratégia. Porque aquilo que nós pagamos pelo lixo diferenciado ou que é pago pelos operadores que compram o lixo diferenciado, poderia vir a compensar o trabalho que é feito. E na realidade, não compensa. Aí, nós poderíamos ter uma mais valia. Isto está a ser trabalhado pelos municípios portugueses, não é pelo Município de Ílhavo, é pelos municípios portugueses, para que esta taxa não tenha os efeitos nefastos que está a ter. É um problema em todos os municípios. Uns mais graves, outros menos. Fica bem nós dizermos que há outros municípios que têm outras soluções. Gostaria que me desse 5 ou 6 municípios - eu já os tenho, também - desses exemplos. Eu agora não tenho aqui o meu caderno, mas há exemplos no Algarve onde a taxa, neste momento, já é de 80 euros por tonelada na recolha indiferenciada. E nós ainda estamos nos 44,54 euros. É esta a relação que nós temos que ter com as mais de 15 entidades que nós temos que fazem a recolha do lixo nas cidades. Ficar-me-ia por esta posição sobre a taxa de resíduos, no sentido de não fechar este processo, mas de dizer aos senhores autarcas que estão nesta Assembleia que a recolha indiferenciada, em janeiro, rondou as 1.400 toneladas. Se isto correr bem, temos uma redução do lixo indiferenciado. No entanto, posso dizer-lhe que no ano passado mais de 300 toneladas dos verdes foram recolhidas não só no porta-a-porta, como no nosso Ecocentro Municipal, e também os monos têm uma taxa considerável de entregas e de recolhas. É este trabalho que vamos continuar a fazer, está ser pago à SUMA pelo contrato que temos, e vamos continuar a avançar.

Relativamente ao sr. Luís Leitão, quanto ao orçamento e quanto a esta questão. Eu cumpro aquilo que tinha dito quando apresentei o orçamento de 2021, relativamente àquilo que também era a minha experiência autárquica e que gostava de ver a taxa das receitas muito perto dos 100%. Por isso, tinha baixado para 29,9 milhões de euros, como sabe, o orçamento, e não o tinha inflacionado em 3 ou 4 milhões de euros. Se eu o tivesse feito hoje estava a cumprir os 85%, e a regra do equilíbrio orçamental estava cumprida. Se calhar não tinha regra dos pagamentos que o senhor vê, e tinha que fazer ajustes como sempre foram feitos para que depois desse mais de 85%. Portanto, cumpro com a minha palavra e o orçamento que está, hoje, em 2022 tem a mesma base. O que nos dá alguns problemas. Reconheço que o senhor conhece bem estes trabalhos financeiros, também no setor privado. Se nós trabalhássemos com uma base de 10%, talvez nos desse uns fundos disponíveis diferentes.

Podiam era não ser reais pela cobertura da despesa, depois. E podiam-me trazer problemas naquilo que falou que são os pagamentos aos fornecedores. Eu podia não cumprir com aquilo que é a lei dos compromissos e pagamentos em atraso. Mas eu, escrupulosamente, vou cumprir com aquilo que disse.

Fiquei também contente com a referência que fizeram aqui, hoje, que, para fazer face a fundos comunitários, poderemos ter que recorrer a um endividamento que será compensado pela entrada desses fundos comunitários, porque o nosso orçamento tem que responder nos prazos limites em que acabam os financiamentos e não vamos perder essas oportunidades. Teremos que avaliar isso depois no Executivo Municipal, depois na Câmara e finalmente aqui, na Assembleia Municipal. Só para esclarecer essa situação.

Relativamente à redução do IML, o meu compromisso é até 2025 reduzir para a taxa mínima. Se o Estado mudar essa taxa, se calhar até já lá estamos, mas vou fazer esse trabalho. Relativamente ao IMT, a sua conclusão também é correta e vamos ver como é que se comporta. Posso-lhe dizer que este ano, a receita no mês de janeiro, é inferior áquilo que tínhamos registado no ano passado, em cento e tal mil euros. vamos ver como é que isto se comporta, estamos a atualizar essa informação mês a mês. Vamos ver se conseguimos fazer um trabalho idêntico ao que fizemos em 2022.

Quanto ao sr. Pedro Martins, relativamente ao Orçamento Participativo. Nós estamos a fazer o trabalho. Fomos conhecer vários modelos do Orçamento Participativo. Não queremos que o nosso seja o melhor e que a nível do país vá ter esse reconhecimento, mas lançámo-lo. O senhor acha que para um primeiro Orçamento Participativo o valor é relativamente baixo. Vamos ver a taxa de participação e depois avaliaremos isso. Isso é o mais importante, vamos ver a taxa de participação e veremos o que é que daí resulta. Não tiramos conclusões precipitadas porque por vezes quando não estamos no poder ou não tivemos exercícios de gestão idêntica temos alguma dificuldade em reconhecer o trabalho que é feito de quem está do lado de cá. É fácil nós lermos um documento e apontarmos sempre essas metas e essas definições. Eu fico muito contente com isso, mas perceba que é uma preocupação para mim retirar, porque este dinheiro tem que estar ali, num bolo fixo, como acontece em muitas rubricas do orçamento, e o senhor tem experiência autárquica, que andamos a fazer movimentações e revisões em setembro e outubro, porque afinal já não gastamos aquela verba e também não fizemos aquela obra, e não tínhamos percebido aquilo e tarde piámos. É por aí que eu também vejo este trabalho.

A tarifa dos resíduos que o senhor falou também já teve resposta vamos ver se o Governo está atento a isso, se vai responder aos autarcas e à Associação Nacional de Municípios. Neste momento, cá estamos com o orçamento municipal sem nenhuma aprovação nesta Assembleia, a continuar a suportar a tarifa dos resíduos. Uma parte dela será suportada por nós, o que responde negativamente áquilo que era a minha perspetiva de investimento no Município e que retira essa possibilidade de investimento. O senhor acha que o Município também deve investir deste lado, eu achava que se nós tivéssemos isto equilibrado a 100%, pois o comportamento que todos desejam, e que eu desejo muito que aconteça, poderia verificar então, no próximo ano, uma baixa da taxa. Assim, não acredito que nós tenhamos um decréscimo de 10% em todo o lixo que se vai produzir, em tudo aquilo que vamos pagar para aterro. Acredito que os 90% não irão cobrir a despesa total. Era ótimo que isso acontecesse, mas penso que não vai acontecer. De qualquer maneira vamos fazer as contas no final do ano e vamos esperara que no mês de março não nos digam que o valor que vai ser cobrado pela ERSUC não passe para 67 euros, face aos 44 que eu estimo em 54. Aí teremos uma revisão do tarifário novamente e vamos ver como é que se comportam os partidos da oposição. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:01':32")

«Abro a segunda ronda de intervenções. Alguém se inscreve?»

José Pinto Reis, UPF: (03:02':04")

«Permitam-me que volte à questão da RSU, da taxa dos resíduos sólidos urbanos. A votação dos senhores Vereadores da Oposição, em que deixaram isolados os Vereadores do UPF, justifica, embora a posterior, o episódio da apresentação da proposta uma segunda vez, sem qualquer alteração face à primeira. Como já referi anteriormente nesta Assembleia, perante uma decisão com a responsabilidade e o melindre que esta tinha, era desejável que os Vereadores da Oposição, tendo negociado esta proposta, fossem solidários com os Vereadores do poder e votassem favoravelmente a mesma. Assomamos que, hoje, a posição

do PS sobre o assunto, que é a luta pela diminuição e pela necessidade de se intervir na redução dos resíduos sólidos indiferenciados se mantém e é coerente com o passado. Já quanto ao PSD não se compreende. Até parece que não estiveram no executivo até há 14 meses. Eu chamo a isto falta de solidariedade institucional. Estamos a falar do mesmo partido e inclusive das mesmas pessoas que governaram a Autarquia até há tão pouco tempo. Terão eles a consciência tranquila de que deixaram o Município de Ílhavo com as condições para diminuir esta fatura? Existia, à data da sua saída, ou previsto para entrar em funcionamento no curto prazo, o mecanismo que cuide e trate aqueles resíduos que são gerados pelas atividades comerciais e industriais, que, em tudo, são idênticos aos resíduos sólidos urbanos, mas porque são gerados por uma atividade económica devem ser fruto de um tratamento diferenciado. Habitualmente estes são os grandes consumidores e muito mais do que aquilo que são as nossas habitações, as nossas casas. Imaginem o que é um restaurante, uma mercearia, uma cantina. Existiam, à data da vossa saída, projetos para implementar um sistema de cobrança individualizado e que não incida sobre o consumo da água? Ao que parece, não. Voltando à minha intervenção inicial, os partidos caracterizam-se, segundo os defensores destes, pela continuidade que podem transmitir nas suas posições e decisões. O que acontece neste caso é que o PSD, agora na oposição, tem um comportamento que é desrespeitoso com o seu próprio comportamento enquanto poder.

Concluindo e focando-me no que é relevante, temos um problema complexo entre mãos e que necessita de ser considerado prioritário por todos, querendo aproveitar a ocasião para felicitar a Junta de Freguesia de São Salvador que hoje inaugurou uma estrutura de apoio à reutilização e à reciclagem dos biorresíduos.

Reforço. É importante atalhar caminho para que não continuemos a mandar para o lixo o dinheiro das pessoas e da autarquia. É urgente fazer o que há muito não foi feito.

Respondendo ao sr. Pedro Martins quanto a esta votação, nunca coloquei em causa a democraticidade da mesma, mas sim a ética.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (03:05:05')

«Dois pontos um bocadinho pragmáticos. Não são políticos. Só para fazer referência que fico contente com as taxas de licenças para as novas construções estarem a crescer. O que quer dizer que, partindo do princípio que são para habitações, teremos mais pessoas, teremos um Município maior, teremos mais pessoas a pagar aqui o seu IRS e teremos, sim, mais IMI. Porque se tivermos os mesmos imóveis - isto é uma questão de esclarecimento e já foi falado aqui várias vezes - se tivermos os mesmos imóveis que temos hoje, podem ser transacionados 500 vezes, o valor patrimonial é exatamente o mesmo. Pior ainda, cada ano que passa tem um coeficiente de volutez que faz com que o valor do imóvel fique mais baixo. Por isso, o facto de haver mais IMT não quer dizer que exista mais IMI. Para existir mais IMI têm as habitações que serem alteradas, de serem diferentes, para serem valorizadas, para serem reavaliadas e para existirem mais. É só um esclarecimento que já foi falado aqui várias vezes.

Agora, falando num segundo tema. Ílhavo teve sempre uma excelente tradição de tratar bem as pessoas de maior idade. Com certeza absoluta que partilham comigo esta mesma ideia. No entanto, quando na Atividade Municipal aparece uma campanha "Por um Natal mais próximo", repararam que o objetivo era identificar pessoas com alguma idade e que estariam sozinhas. Penso que foram 68 pessoas que foram identificadas para dar uma palavra ou uma outra coisa qualquer. E porque é que cruza uma situação com a outra. Se calhar nós no centro, na parte mais urbana, essa maior idade tem alguma dinâmica, as pessoas até vêm, conhecem, participam. A sensação de quem não está no centro da cidade, que não está perto da cidade, que está nas zonas mais limítrofes a maior idade também lá existe. Se calhar precisamos de ter alguma dinâmica como foi o "Por este Natal mais próximo", precisamos mais de ir buscar essas pessoas que não costumam participar. As más línguas diziam, há uns anos, que eram sempre os mesmos que andavam nas viagens, que eram os mesmos que iam para acolá. Eu não acredito nisso, eu não conhecia e, por isso, não possa estar a dizer. Aquilo que eu sei é por experiência de familiares meus, alguns já cá não estão e que se calhar passam o dia sozinhos porque não lhes apetece ir para essas coisas. Se calhar é preciso puxá-los e ir buscá-los. Era só este contributo. Obrigado.»

André Guimarães, PSD: (03:09:19')

«Eu nem era para vir, mas arrastam-me para estes assuntos. Primeiro, arrastam-me porque falam aqui do PSD e, de facto, quando dizem que não atacam a democracia, mas atacam a ética, então significa que estamos todos aqui de má fé e que estamos aqui com maus valores. E não é bem aquilo que eu acho que se passa. O que se passa é que quando estamos

a falar deste tipo de dossiers, em que estamos a falar de aumentos para o cidadão, em que a solução para um problema complexo que é o problema dos resíduos. E eu não coloco isso em causa. Do pouco que eu sei de gestão de resíduos é que é, de facto, um problema complexo e que não se resume a uma dimensão e, por essa razão, não se resume ao aumento da taxa. E se é um problema complexo, então exige processo de decisão também eles complexos. Aquilo que me deram a entender, pelo meu partido, do qual me orgulho em fazer parte - deixo novamente esta nota - é que a negociação foi parca, o processo de negociação foi parco. Quando nós estamos a falar de aumentos, e estamos a falar, neste caso, de um aumento de 37% da taxa, isto não se faz de um dia para o outro e não se faz com uma aprovação sem mais, nem para quê. Estamos a falar numa altura em que as nossas famílias estão a passar das maiores dificuldades, se calhar desta década, com inflação, com aumento de custos, com greves, com dificuldades nas escolas, nós estamos a falar de outro aumento, outra situação que vai agravar a carga mensal das famílias. Portanto, tudo isto tem que ser pensado, tudo isto tem que ser tratado nas instâncias próprias e tem que ser negociado, discutido, refletido e clarificado. E se a negociação não é satisfatória, acho muito bem que o Partido Social democrata faça o que tiver que fazer para que a negociação seja satisfatória para que haja clarificação, para que haja reflexão e para que as decisões sejam tomadas de uma forma consciente e informada. Portanto, quanto a isto nada mais há a dizer. Que se faça uma negociação, que se promovam propostas. E ajudaria... não vou dizê-lo. Vou dizer isto e outra forma. Eu posso não ter escolhido a via do ensino e posso perceber pouco de gestão e posso, possivelmente, precisar de uma boleia para Alcobaça, mas eu não ficarei conhecido nesta Assembleia por falar com desprezo e arrogância para com nenhum membro da mesma. E acho que, do pouco que eu sei, não é uma questão de ensino, mas de relações humanas e de respeito, acho que poderá ajudar a fazer passar muitas, muitas e muitas propostas.»

Diana Gandarinho, PD: (03:12':38")

«Vou ser mesmo muito direta. O sr. Presidente diz que o Município já experimentou inúmeras coisas, que os técnicos trabalham nisto há dezena de anos, mas o que estamos aqui a perguntar é isso mesmo. O que é que o Município vai experimentar agora, de diferente para chegarmos aos tais 10% de decréscimo. Não é só esperar que isso aconteça. A oposição foi clara relativamente a isso e até o sr. Pinto Reis assume a urgência desta matéria e da dificuldade que também já foi gerada pelos Executivos anteriores. Portanto, sejamos abertos à experimentação e às coisas diferentes, porque se continuarmos a fazer aquilo que já foi experimentado inúmeras vezes com os tais técnicos que já trabalham há dezenas de anos, vamos continuar a ter exatamente os mesmos resultados. Já dizia um certo génio que continuar a fazer a mesma coisa e esperar resultados diferentes isso sim, é loucura.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:13':42")

«Antes de passar para a Vereadora Mariana, só dar uma última nota sobre a questão dos resíduos. As propostas dividiram-se, num primeiro momento por duas propostas. Uma com uma margem de cobertura de 77% e outra com 100%. Num segundo momentos, duas propostas também, uma com um valor superior a 90% e outra de 90%. E todas essas simulações poderiam ter sido feitas de diversas formas, fosse qual fosse a sugestão que surgisse. Portanto, por aí não tenho muito mais a dizer.

Relativamente àquilo que o sr. Pedro Cristo diz em relação ao pagamento das taxas, tenho a mesma opinião quanto ao IMT. Faço a mesma leitura que o senhor fez. Realmente estamos a receber mais residentes o que é ótimo para o Município e para todos aqueles que já cá estão fixos. Receber novas pessoas e saberem receber essas pessoas da melhor forma. Antes, só uma nota final. Esta posição da taxa de resíduos e daquilo que influencia toda a taxa de resíduos. O que está aqui de irresponsabilidade, continuo a referir irresponsabilidade, é que se olharmos para trás, para todos aqueles que nos criaram e os que criaram os que nos criaram a nós, não eram tratadas como hoje se exige, por esta sustentabilidade e por esta viabilidade que queremos para a casa comum de futuro. Portanto, tudo o que fizemos para impedir que isso aconteça, independentemente da ordem de valores que cada um queira dar aos problemas, estamos a penalizar este planeta que é a casa comum onde todos vivemos. Temos que estar preparados porque estas taxas podem ter, para além da influência que já têm nos resultados, podem ter mais uma adaptabilidade de valores e podem ser ainda mais penalizadas no futuro. Quando falamos, hoje, em 37% ou em 35 ou em 31 ou em 32, seja que valor que nós quisermos adicionar a esta taxa, é porque há indicadores para termos

resultados em tratar esses lixos, é preciso que haja esse financiamento. E se os quadros comunitários não vierem financiar essas empresas, que o Estado lhes concedeu a operação no país, ainda pior vamos ficar. Acreditem que a escalada de preços ainda vai ser maior. Quanto mais atrasado este quadro comunitário for na perspectiva dos financiamentos para o tratamento dos resíduos, mais problemas vamos ter. Fiquem com esta nota. Há um patamar que é o de 2050, onde queremos ter um equilíbrio zero por cento de taxa de carbono. Fiquem cientes que seja por inceneração, seja por outra forma qualquer que queiramos tratar os nossos lixos, isso vai custar muito dinheiro a nós todos. Não vai custar à Câmara de Ílhavo, vai custar a todos nós municípios, porque a Câmara também paga esses valores com as taxas que cobra. Muito obrigado.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (03:17:05")

«Relativamente à temática dos resíduos, deixem-me só acrescentar, porque oi sr. Presidente não referiu, mas eu acho que é importante. Foi proposto um momento de discussão, exatamente, para se conversar sobre metas e objetivos. A resposta foi como o sr. Presidente iria estar ausente não se justificaria esta concertação ou esta discussão. Acho que enquanto Vereadora e tendo em conta o pelouro que acompanho, acho que esta discussão relativamente a estes temas parece-me importante. E tendo em conta que iria estar presente o sr. Vice-presidente.

Relativamente à questão da Maior Idade e das periferias, irá ser desencadeado um projeto que já está desenhado a partir de uma parceria do Laboratório do Envelhecimento, que vai ao encontro do envelhecimento na comunidade. E este trabalho vai ser feito em colaboração com toda a comunidade. Este tem sido um objetivo, procurar atender ao abrigo da ação do Laboratório. Entendemos que vai trazer muitas melhorias no que diz respeito ao nosso polvo, à rede que vai estar implementada no território, e que, de certa forma, será complementada com todas as respostas já existentes. Nós também temos os Centros de Dia, promovidos pelas nossas IPSS, e há outros movimentos criados nesse sentido, mas esta rede irá complementar aquilo que já está existente e que será uma mais-valia ao nível do cuidado na comunidade. Obrigada.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:19:07")

«Sr. Presidente. Se me permite, só uma observação. Antes de finalizar este ponto, eu gostaria de dar uma nota ao sr. Presidente da assembleia Municipal. Se fosse possível a todos os membros, fechássemos o ponto 4 ainda hoje. Gostaria que este ponto ficasse fechado pelos compromissos que nós queremos ver assumidos na Câmara Municipal. Com a reunião de Câmara que temos para a semana ficariam visíveis já na próxima reunião de Câmara. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:19:44")

«Não havendo lugar a mais intervenções dou como Apreciada pela Assembleia Municipal a Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01NOV2022 a 31DEZ2022.»

Ponto 4. "Demonstração do desempenho orçamental e 1.^a revisão para integração do saldo de gerência de 2022".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:19:55")

«Muito bem. Chegamos aqui ao ponto 4 e no seguimento daquilo que o nosso Presidente da Câmara acabou de partilhar ponho à consideração a continuidade dos trabalhos. É meia-noite e um quarto, se temos condições, até a uma hora razoável de terminar o ponto 4.

Então podemos avançar para o ponto 4? Muito bem.»

Ponto 4 da Ordem do Dia: Aprovação da "Demonstração do desempenho orçamental e 1.^a revisão para integração do saldo de gerência de 2022".

Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do documento.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:21':04")

«O que estamos a pedir, neste momento, é a votação vossa sobre aquilo que é a demonstração do desempenho orçamental da primeira revisão orçamental para integração do saldo de gerência de 2022, que foi de 6.625.578,82 milhões de euros. Aquilo que eu tenho a dizer é que o saldo de gerência vem colmatar tudo aquilo que o nosso orçamento tinha previsto como não definido. Temos as dotações corrigidas nos valores. Entregamos também um mapa de informação da nossa contabilidade sobre o desenho e onde identificamos a classificação e a dotação atual e a corrigida com a modificação orçamental prevista. Prevendo aquilo que são os fundos disponíveis a 6 meses, com a relação com o saldo de gerência, diria que nos vai ajudar a equilibrar a situação da despesa, porque a receita prevista nos próximos 6 meses representa um valor aproximado de 13,300 milhões de euros, já com uma despesa comprometida de 13,860 milhões de euros. A associar a isto tudo temos as propostas de cabimento que queremos emitir que estão por requisitar, dentro daquilo que são os planos de capital, e as requisições emitidas que ainda estão por comprometer que vêm de projetos anteriores e que temos que assumir também esses valores como encargo que vamos ter, onde temos a ERSUC e a EDP e que, no total, perfazem quase 6 milhões de euros. Quase o valor do saldo de gerência. O saldo disponível, neste momento, ao mês de janeiro, seria uma previsão aproximada de 600 mil euros, o que com qualquer cabimento ou com qualquer problema que possa existir na Câmara fica logo colmatado e fechado. Esperemos que o comportamento da receita se mantenha, que nas despesas não surjam situações de maior gravidade, onde destacamos os vencimentos no período de seis meses na ordem dos 4,6 milhões de euros e investimento, para já, de 1,4 milhões de euros previstos, e da despesa corrente na ordem dos 5 ou quase 6 milhões de euros previstos para os próximos seis meses. Portanto, o saldo de gerência vem complementar todos estes valores e fazer com que aquilo que é quase uma despesa deslizando e uma receita deslizando, faça com que a regra dos seis meses de cabimentação e equilíbrio entre a receita e a despesa se mantenha nesta previsão que, hoje, em fevereiro, entramos com o mês de julho, em março entramos com o mês de agosto, e sucessivamente. E faz a verificação que o sr. Luís Leitão há bocado referiu de assumirmos compromisso com os pagamentos garantidos. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:24':02")

«Quem é que se pretende inscrever para a primeira ronda de intervenções?»

André Guimarães - PSD: (03:24':32")

«Por compreensão à hora e ao pedido excecional, eu vou ser mais breve do que estava à espera. Basicamente, só para dizer o seguinte. Isto que nos colocam na Ordem do Dia trata-se de uma questão recorrente, das operações contabilísticas e de gestão financeira, de uma organização como é a Câmara. No entanto, como qualquer operação contabilística e de gestão financeira, representa sempre algo e representa sempre algumas realidades. É importante perceber as situações que estão na base deste saldo de gerência e que tipo de implicações é que essas condições poderão gerar na governação presente e futura. Poderão surgir aqui algumas dúvidas ou alguns indícios de que poderá haver algum atraso com obras, que poderá haver algum atraso com alguns projetos em execução. Se financeiramente um saldo de gerência pode ser bom e positivo, estamos a falar de um saldo de gerência bastante positivo, estamos a falar na ordem de milhões, é financeiramente bastante positivo. Temos que perceber, e essa é que é a avaliação que importa fazer, é se temos resultados tão positivos do ponto de vista político e do ponto de vista da governação da Câmara.»

Luís Leitão - PS: (03:26':17")

«A lógica da minha intervenção é a mesma da intervenção do André. A perspetiva é precisamente igual e atendendo ao adiantado da hora também não vou entrar em muitos mais detalhes, até porque algumas das análises já foram efetuadas. De qualquer forma, é sempre bom perceber que a gestão de uma Câmara não é igual à gestão da nossa casa. Não tem que ser, necessariamente, igual, nem tem que ser, exceto no rigor que aplicamos no dia-a-dia, na gestão da nossa casa e na gestão de uma Câmara. Diria mesmo que a gestão da Câmara tem que ser mais rigorosa que a gestão da nossa casa, porque na nossa casa governamos o nosso dinheiro e na Câmara governamos o dinheiro dos outros. Por isso mesmo, um excedente orçamental de 6,6 milhões de euros, em nossa casa seria excelente, na Câmara Municipal é, também, muito bom, mas não "necessariamente bom sinal."

O número em si é bom, o resultado pode não ser, pode ser um desempenho fruto da falta de um mau desempenho. Já fomos dizendo ao longo deste ano que esperávamos mais, que esperávamos mais da gestão do UPF. Inicialmente, a justificação passava um pouco pela inexperiência de quem pega de início numa Câmara. Portanto, os primeiros meses foram mais difíceis, mas agora começa-se a perceber alguma falta de concretização, pelo menos. Não que dizer que seja necessariamente apenas falta de ideias, mas também é falta de concretização. Esperamos que para o ano o resultado seja diferente. 6,6 milhões de euros são mais 2 milhões que no ano passado, que já era um valor recorde que era também um pouco o sintoma daquilo que aconteceu e que era a dinâmica da gestão do PSD, que foi uma gestão frouxa, e uma gestão frouxa gera um excedente orçamental. A nossa convicção real é que este valor está sistematicamente descomprometido por falta de dinâmica desde 2020 e acelerada pelas poupanças originadas pela pandemia. Poupanças pela falta de dinâmica da comunidade. Este recorde não é necessariamente uma boa notícia, como já expliquei e representa o desperdício da capacidade financeira da Autarquia na resolução de problemas. Cria um pé de meia que pode gerar oportunidades futuras, mas é também sinal da falta de trabalho passado.

Quando é executado menos que o previsto em Plano de Atividades, sobra sempre dinheiro. Dinheiro empatado não é dinheiro investido na qualidade de vida das pessoas, na qualidade de vida da comunidade. As obras prometidas que dizem respeito a projetos de maturidade débil que no próximo ano voltaremos a estar com acumulação de capital. Pelo menos é essa a dinâmica e o sentimento que nos vão assolando. Depois, também queira dizer que, mesmo registando e tomando nota da inscrição de algumas verbas, é típico abrir uma verba - e também uma nota, uma instituição sem fins lucrativos, provavelmente uma escola do ensino básico, tinha uma abertura de 20 mil euros e tem agora um ajuste de 620 mil euros. Há, na verdade, a ideia de que íamos fazer alguma coisa, havia a certeza de que não fazíamos a mínima ideia do que lá íamos fazer. E agora temos mais 620 mil euros. Não é nenhum pecado, estava já na ideia fazer uma obra, mas porque é que não se orçamenta com mais rigor, se sabíamos que íamos fazer alguma coisa porque é que de 20 passa para 620. São estas coisas que às vezes custam um pouco a entender. De qualquer forma, o resultado desta votação O Partido Socialista, para manter a coerência com aquilo que tem feito, viabilizará tudo o que são orçamentos e gestão da Câmara Municipal e do Executivo. Estamos aqui a votar as Grandes Opções do Plano e o mandato desta Câmara- que não é necessariamente o nosso - e, portanto, viabilizaremos sempre estas iniciativas. Como não é o nosso programa, discordamos dele, damos a capacidade de implementarem as suas ideias. Nós, mantendo a coerência com aquilo que temos feito, absteremo-nos.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:31':10")

«Eu continuo a não perceber se o sr. Luís Leitão está a perceber os documentos ou não, com este tempo que vai passando. Relativamente às instituições sem fins lucrativos até poderia ficar contente porque estamos a dar um sinal de apoio às nossas Associações. Aquilo que nós fizemos foi simples e que se refletia nos 31 milhões de euros que nós aprovámos inicialmente, com uma regra de capital garantido para esse financiamento. O saldo de gerência vem atribuir o valor final, que era a nossa perspetiva que tínhamos dado e que eram 7,5 milhões e que afinal ficou nos 6,625 milhões de euros, menos 1 milhão de euros do que aquilo que nós estimávamos quando aprovámos o nosso orçamento.

É bom que se faça uma reflexão sobre isso porque também nós a fizemos. Ficámos inibidos em algumas rubricas e que o senhor também podia ter dito que tínhamos a previsão de termos injetado mais 1 milhão de euros e não o temos porque ele não surge. E se calhar também o pagámos. Disse bem e concordo consigo fez uma análise correta, se calhar pagámo-lo, fizemos os pagamentos todos em dezembro e não transitou esse milhão de euros no saldo de gerência. Percebeu perfeitamente a mecânica, este dinheiro do saldo de gerência é para fazer face a compromissos que estão feitos e cumpre aqui o pagamento. Ficaria esta nota.

E queria-lhe dar uma nota importante. O saldo de gerência relativamente a 2022 tinha uma componente dos fundos comunitários anteriores de elevada relevância, porque muitas das obras tinham sido executadas no decorrer dos anos anteriores e o fecho dessas obras, normalmente, dá a recolha de uma receita superior, porque vamos acumulando aqui os reembolsos. Fizemos isso no ano anterior e, se calhar, foi por isso que houve o resultado dos 4 milhões de euros.

Neste momento nós estamos a preparar um novo quadro comunitário que traz 2 biliões e 172 mil euros para a Região centro ou melhor, para o país... nós, na Região Centro era bom que

ficássemos com esse valor... é um bocadinho mais que o PT2020. Vamos ver se essas negociações vão ajudar a que a Câmara Municipal possa rever este processo. Mas, por exemplo, no protocolo com os Bombeiros nós também tínhamos 10 mil euros e agora injetamos 180 mil para ficarem os 170 mil. Tudo isto foi revisto porque nós estávamos a contar com este saldo de gerência superior e houve rubricas que nos vimos impedidos, neste momento, de podermos realizar ou executar algumas obras que tínhamos previsto e que contemplariam a chegada de 1 milhão de euros. Foi isso que nós fizemos no exercício de gestão, quando apresentámos o nosso orçamento inicial, sempre com a perspetiva de andarmos com uma receita muito superior aos 95%. Se pudermos ter a visão do Quadro Comunitário, então podemos correr alguns riscos de baixar esta percentagem para termos mais flexibilidade no nosso orçamento para lançarmos essas obras com a garantia que os pagamentos surgem por base do reembolso dos Fundos Comunitários. Como sabe temos candidaturas aprovadas em base do PRR, que terão 100% de financiamento e que temos outras que são do PT2030 e que poderão ter até 85% de financiamento, correspondendo à Câmara os 15%.

Também lhe queria deixar uma nota, algumas coisas que vê aqui são para projetos que não existiam. Nós para fazermos essas candidaturas tivemos que criar maturidade. Estes 14 meses fizeram com que a Câmara Municipal desenvolvesse parte destes projetos internamente, subcontratando um ou outro. Vamos fazer este trabalho com rigor e, de certeza absoluta, vamos apresentar no final deste semestre alguns resultados que vai gostar de observar e julgar na Assembleia, espero eu, em junho e setembro próximos.

E, depois, teremos também o novo orçamento que dá resposta e espero que esta Assembleia, juntamente comigo, faça a votação de um os maiores orçamentos da Câmara, se os fundos comunitários ficarem aprovados em base de negociação no primeiro semestre e que os avisos caiam no segundo e terceiro trimestre deste ano, e, portanto, consigamos ter projetos com maturidade para fazer esses concursos. E então o nosso orçamento dar um salto lá para cima. Vamos ver o que é que acontece ao Município de Ílhavo. estamos atentos. Todas as indicações que nos puderem dar sobre alertas de avios, ou esquecimentos que este Executivo possa ter, fica bem a todos fazer esse memorando, exemplificando projetos e observações aos quais nós nos possamos candidatar. Caso existam verbas, estaremos sempre disponíveis para participar nessas candidaturas.

Agradeço a todos os membros da Assembleia terem levado este ponto até ao fim que é importante para nós avançarmos já com a revisão faltando a votação, como é evidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:36:18")

«Vou abrir as inscrições para uma segunda intervenção.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (03:36:40")

«Alguns membros desta Assembleia estarão na próxima segunda-feira na Assembleia da CIRA. Se calhar algumas coisas nós vamos percebendo, para quem não estava tão bem dentro do funcionamento e do modus operandi esta história dos fundos comunitários a questão de que eles têm que ter maturidade, são expressões que ouvimos, muitas vezes falara aqui, por quem está à vontade, e nós temos que andar a estudar um bocadinho para percebermos como é que isto funciona ou deixa de funcionar. Mas pronto, já estudei alguma coisa e penso que já percebo alguma coisa sobre isto.

Relativamente ao Programa Regional do Centro 2020, está neste momento numa fase, na nossa Comunidade Intermunicipal, realizado na ordem dos 70%. Podemos dizer que o nosso Município de Ílhavo terá um nível de concretização de 90%. O que é muito bom. Se fosse só para dizer isto, se calhar, não interessaria muito. O que é certo, é pena não termos aqui hoje o professor Agostinho, porque nos vende Ílhavo sempre com projetos, com projetos, com projetos. E u olho para a comparação que a CIRA nos manda, dos investimentos municipais por NUTS III, a 31/12/2022, temos à nossa frente quase todos os Municípios com mais investimento, exceto Sever do Vouga e exceto Anadia e exceto o Município da Murtosa. Todos os outros apresentaram muitos mais projetos do que aqueles que nós apresentámos. Afinal, os craques dos projetos, projetos, projetos. Estamos, neste momento, numa fase de transição entre o PT2020 e o PT2030, no nosso caso o nível de execução está muito elevado, não vamos obter grandes receitas por essa via, as tais receitas de capital que se fala nos nossos orçamentos, quando dizem receitas de capital, estamos a falar daí. Só para terminar, gostaria de dizer eu estamos aqui a falar de integração do saldo de gerência, mas também na revisão orçamental por via de integração deste saldo de gerência. Mas particularmente também, não

é só por isso, verifico que aquilo que aprovámos, o orçamento que aprovámos há poucos meses, para o ano de 2022 reverteu um valor que estava atribuído, para este ano, e para os anos seguintes, para a Casa do Gaveto e que já foi corrigido. Deve ser a política que o sr. Presidente decidiu sobre isso e que terá, no caso do UPF, o voto favorável para esta revisão orçamental e integração do saldo de gerência.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:39':37")
«Sr. Presidente, não sei se quer utilizar da palavra, ainda?»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:39':41")
«Só despedir-me de todos. Obrigado pela participação.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:39':49")
«Concluído o período de apreciação, coloco à votação o Ponto 4, da Ordem do Dia. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?
A "Demonstração do desempenho orçamental e 1.ª revisão para integração do saldo de gerência de 2022", foi aprovada por **maioria**, com zero votos Contra, dezassete (17) Abstenções e oito (8) votos a Favor.
Há alguma declaração de voto? Aproveito para dar nota que não foram rececionadas as Declarações de Voto indicadas na sessão de novembro e que, por isso, não constam das duas atas aprovadas hoje.»

Conclusão

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:40':45")
«Vamos proceder à leitura da Ata em Minuta.»

Depois de lida e não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (03:42':20")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:43 horas do dia 11 de fevereiro de 2023.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

O Técnico Redator



(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Novembro no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Fevereiro Reunião de 10FEV2023

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			<input checked="" type="checkbox"/>
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			<input checked="" type="checkbox"/>
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			<input checked="" type="checkbox"/>
António José Flor Agostinho			
André Filipe Casqueira Guimarães			<input checked="" type="checkbox"/>
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			<input checked="" type="checkbox"/>
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves	substitui (365 dias)		
Sara Marina Tomé Fernandes	substitui (305 dias)		<input checked="" type="checkbox"/>
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		<input checked="" type="checkbox"/>
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		<input checked="" type="checkbox"/>
Hugo Filipe Casqueira Coelho	suspensão 365 dias		
Pedro Labrincha da Rosa Novo	suspensão 305 dias		
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			<input checked="" type="checkbox"/>
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			<input checked="" type="checkbox"/>
Pedro Miguel Cristo Graça			<input checked="" type="checkbox"/>
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			<input checked="" type="checkbox"/>
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			<input checked="" type="checkbox"/>
Daniela Ribeiro Alegria			<input checked="" type="checkbox"/>
João Pedro Ribau Casqueira			
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		<input checked="" type="checkbox"/>
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			<input checked="" type="checkbox"/>
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			<input checked="" type="checkbox"/>
António Pedro Oliveira Martins			<input checked="" type="checkbox"/>
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			<input checked="" type="checkbox"/>
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			<input checked="" type="checkbox"/>
Modesto Manuel dos Santos	substitui (365 dias)		
Sara Daniela Silva Pinho	RENÚNCIA DE MANDATO		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			<input checked="" type="checkbox"/>

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Moraes Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		X
SUBSTITUIÇÕES			
Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso (substitui António José Flor Agostinho)	PSD		X
Carlos Pedro da Silveira Coelho Ferreira (substitui Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves)	PSD		X
Gabriel de Almeida Fernandes (substitui Modesto Manuel dos Santos)	PS		X
Paula Alexandra da Graça Ferreira (João Pedro Ribau Casqueira)	UPF		X
Carlos António das Neves Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia, José Falcão Ribeiro Arvins	Junta Freguesia da Gafanha da Nazaré		X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Mandato suspenso (305 dias a partir de 15 junho 2022): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 25 novembro 2023): Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Ílhavo, 10 de fevereiro de 2023


O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Unidade de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo 

PSD

ÍLHAVO



Assunto: Indicação de cidadão eleitor para CPCJ Ílhavo

Ex.mo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo,

No âmbito do Ponto 1 da Ordem do dia da sessão ordinária de fevereiro de 2023, "*Designação de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) Ílhavo, para o triénio 2020-2023 (alínea i), do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 142/2015*", o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal o nome do munícipe José Augusto Ribau Carapelho.

Pelo Grupo Municipal do PSD,

André Guimarães



VOTO DE LOUVOR

Ana Ramos sagrou-se vice-campeão mundial de triatlo em Age Groups 25-29 anos nos Emirados Árabes Unidos

No passado dia 26/11/2022, a atleta ilhavense Ana Ramos, em representação de Portugal, sagrou-se vice-campeã mundial de triatlo em Age Groups, escalão 25-29 anos de idade, em prova que decorreu em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, destinada a atletas amadores, com o tempo de 2:11:27 horas, depois de cumprir 1500 metros de natação, 38,9 quilómetros de bicicleta e 8,7 quilómetros de corrida.

O sucesso alcançado pela atleta Ana Ramos naquela modalidade olímpica é motivo de orgulho para a toda a comunidade ilhavense, servindo de exemplo e estímulo aos mais jovens para a prática desportiva, condição essencial para uma vida saudável.

A atleta Ana Ramos iniciou a prática desportiva na modalidade de natação, com nove anos de idade, no CAPGE – Clube Associação de Pais da Gafanha da Encarnação, tendo alcançado vários títulos a nível regional e interdistrital, evoluindo mais tarde para o atletismo, duatlo e triatlo, sendo de destacar no seu palmarés dois títulos de campeã nacional no escalão de juniores em aquatlo, prosseguindo mais tarde a sua carreira com honrosas participações em competições internacionais de triatlo, incluindo o circuito da Taça do Mundo, assim como o Campeonato do Mundo da modalidade.

Mais recentemente, venceu a famosa corrida de São Silvestre El Corte Inglés, disputada em Lisboa, no passado dia 31/12/2022, uma prova de estrada com 10 quilómetros de extensão.





Partido Socialista de Ílhavo

Pelo êxito obtido, que enriquece o seu, já de si, relevante palmarés desportivo, inserido num percurso de vida exemplar, de entrega ao desporto, reconhecendo o mérito desta conquista e a sua importância para a promoção da imagem do Município de Ílhavo, a Assembleia Municipal aprova um voto de louvor a Ana Ramos, felicitando a atleta pelo feito alcançado.

Ílhavo, 08 de Fevereiro de 2023

Partido Socialista (PS)





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO (reunião de 10 de fevereiro de 2023)

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Aprovação das Atas n.º 12 e n.º 13, referentes às reuniões da Sessão Ordinária de Novembro de 2023. As Atas foram aprovadas por **UNANIMIDADE**.

Voto de Louvor, por mérito desportivo, a Ana Ramos, apresentado pelo Grupo Municipal do PS. Aprovado por **UNANIMIDADE**.

Ponto 1. Designação de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) Ílhavo, para o triénio 2020-2023 (alínea i), do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 142/2015).

Eleito o cidadão **José Augusto Ribau Carapelho**, inscrito na proposta A, com 17 votos a Favor.

Ponto 2. Relatório Anual de Avaliação das Atividades da CPCJ - 2022. Deliberado **TOMAR CONHECIMENTO**.

Ponto 3. Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01NOV2022 a 31DEZ2022. A Comunicação da Atividade Municipal foi **Apreciada**.

Ponto 4. Demonstração do desempenho orçamental e 1.ª revisão para integração do saldo de gerência de 2022. O ponto foi **APROVADO**, por **MAIORIA**, com 8 votos a favor (8 UPF), 17 abstenções (1 CHEGA, 6 PS e 10 PSD) e 0 votos contra.

A Sessão tem continuidade no dia 17 de fevereiro, conforme previamente indicado na Convocatória.

*Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 10 de fevereiro de 2023, respeitante à Sessão Ordinária de Fevereiro, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.*

O Presidente da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2023.02.13 13:40:00+00'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O redator

Miguel Pedro Araújo